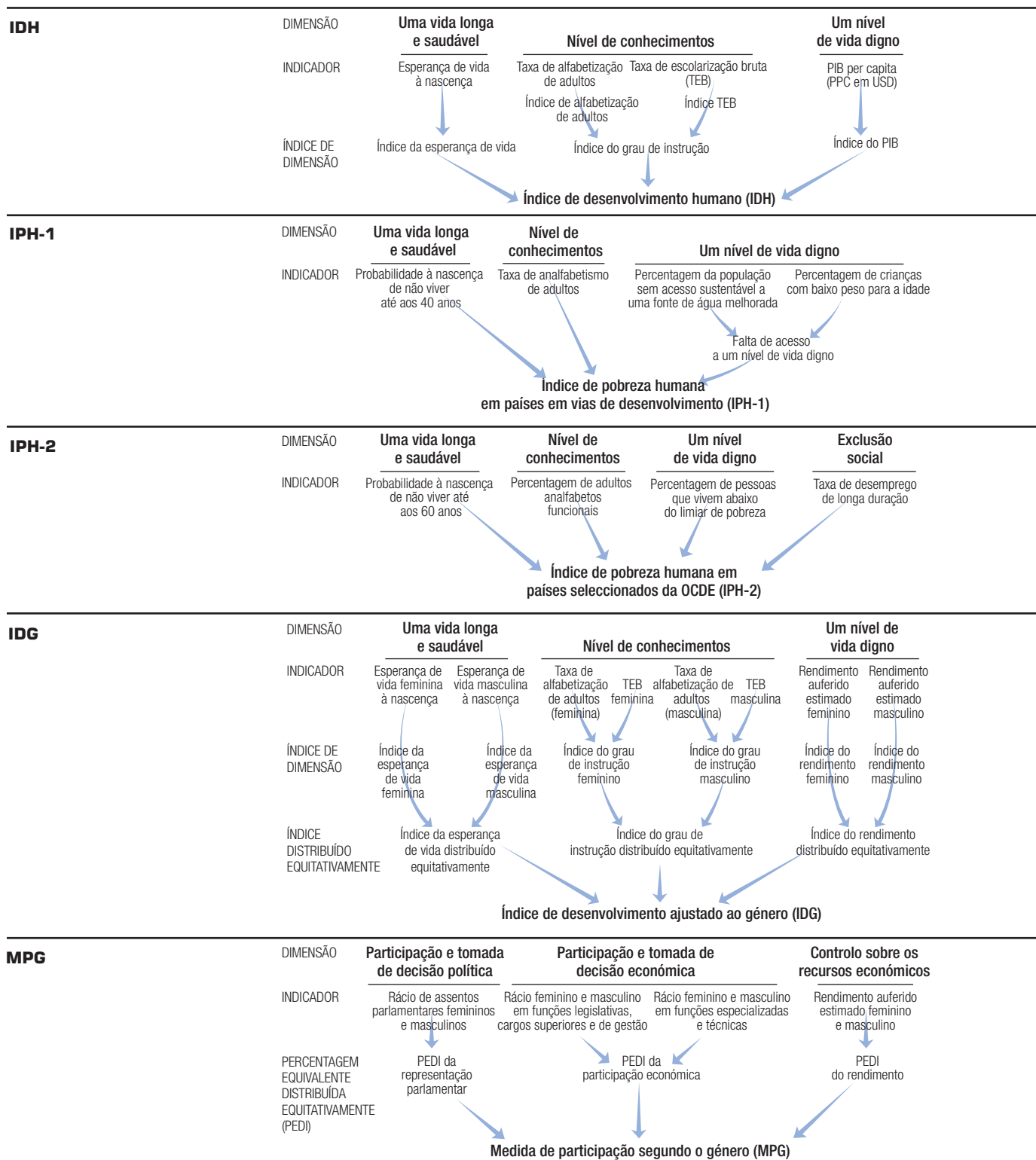


Cálculo dos índices de desenvolvimento humano

Os diagramas que se seguem resumem o modo como são construídos os cinco índices de desenvolvimento humano utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*, realçando as suas semelhanças e diferenças. O texto das páginas que se seguem fornece uma explicação pormenorizada.

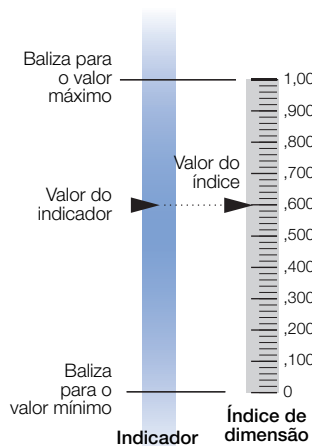


O índice de desenvolvimento humano (IDH)

O IDH consiste numa medida que resume os diversos índices de desenvolvimento humano. Mede os progressos registados, em média, num determinado país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano.

- Uma vida longa e saudável, medida através da esperança de vida à nascença.
- Nível de conhecimentos, medido através da taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e da taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço).
- Um nível de vida digno, medido através do PIB per capita (PPC em USD).

Antes de se chegar ao IDH propriamente dito, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo destes índices — índices de esperança de vida, de grau de instrução e de PIB — são seleccionados valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário.



O desempenho em cada dimensão é expresso em termos de valor entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor efectivo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O IDH é, então, calculado como uma média simples dos vários índices de dimensão. A caixa à direita ilustra o método de cálculo do IDH para um país amostra.

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (PPC em USD)	40.000	100

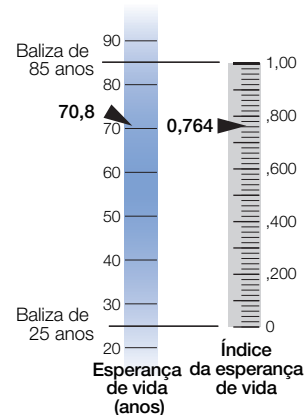
Método de cálculo do IDH

Este exemplo de cálculo do IDH utiliza dados relativos ao Brasil.

1. Cálculo do índice da esperança de vida

O índice da esperança de vida mede os progressos relativos de um país em termos de esperança de vida à nascença. No caso do Brasil, com um valor observado de 70,8 anos em 2004, o índice da esperança de vida é 0,764.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{70,8 - 25}{85 - 25} = 0,764$$



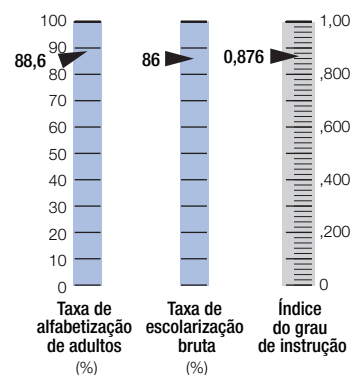
2. Cálculo do índice do grau de instrução

O índice do grau de instrução mede os progressos relativos de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Posteriormente, estes dois índices são combinados para se obter o índice do grau de instrução, sendo atribuída uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização bruta combinada. No caso do Brasil, com uma taxa de alfabetização de adultos de 88,6% em 2004 e uma taxa de escolarização bruta combinada de 86% em 2004, o índice da educação é 0,876.

$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{88,6 - 0}{100 - 0} = 0,886$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{86 - 0}{100 - 0} = 0,857$$

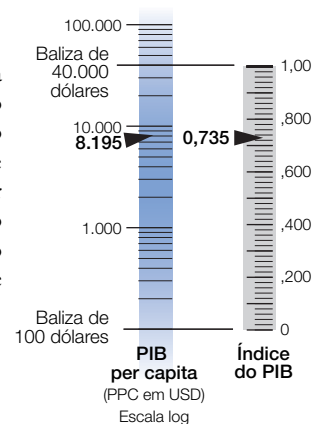
$$\text{Índice do grau de instrução} = \frac{2}{3} (\text{índice de alfabetização de adultos}) + \frac{1}{3} (\text{índice de escolarização bruta}) = \frac{2}{3} (0,886) + \frac{1}{3} (0,857) = 0,876$$



3. Cálculo do índice do PIB

O índice do PIB é calculado com base no PIB per capita ajustado (PPC em USD). No IDH, o rendimento entra como substituto de todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no nível de conhecimentos. O rendimento é ajustado porque, para atingir um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Sendo assim, utiliza-se o logaritmo do rendimento. No caso do Brasil, com um PIB per capita de 8.195 (PPC em USD) em 2004, o índice do PIB é 0,735.

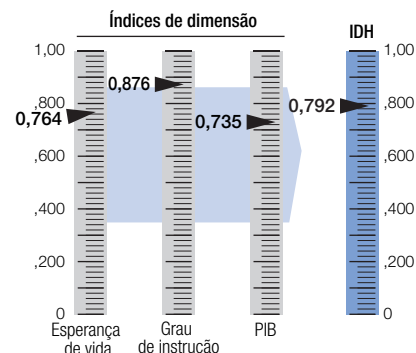
$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(8.195) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,735$$



4. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, torna-se muito fácil determinar o IDH. Ele corresponde à média simples dos três índices de dimensão.

$$\text{IDH} = \frac{1}{3} (\text{Índice da esperança de vida}) + \frac{1}{3} (\text{Índice do grau de instrução}) + \frac{1}{3} (\text{Índice do PIB}) = \frac{1}{3} (0,764) + \frac{1}{3} (0,876) + \frac{1}{3} (0,735) = 0,792$$



O índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento

Enquanto o IDH mede os progressos médios alcançados, o IPH-1 mede o grau de *privação* em três dimensões básicas do desenvolvimento humano contempladas no IDH:

- Uma vida longa e saudável — grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medido através da probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
- Nível de conhecimentos — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno — falta de acesso a meios económicos de subsistência, medida através da média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com baixo peso para a idade.

A fórmula de cálculo do IPH-1 é obtida de forma mais directa do que a do cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.

De início, a medida da privação ou falta de acesso a um nível de vida digno também incluía um indicador do grau de acesso aos serviços de saúde. Mas como não dispomos de dados fidedignos sobre o acesso aos serviços de saúde nos últimos anos, o grau de privação de um nível de vida digno é medido, no presente Relatório, através de dois, e não três indicadores — a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com baixo peso para a idade.

O índice de pobreza humana (IPH-2) em países seleccionados da OCDE

O IPH-2 mede o grau de privação nas mesmas dimensões que o IPH-1, e também contempla a exclusão social. Reflecte, assim, o grau de privação em quatro dimensões:

- Uma vida longa e saudável — grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida através da probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
- Nível de conhecimentos — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da percentagem de adultos (idades entre 16 e 65 anos) funcionalmente analfabetos.
- Um nível de vida digno — medido através da percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado).
- Exclusão social — medida através da taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

Cálculo do IPH-1

1. Medida do grau de privação de um nível de vida digno.

O grau de privação de um nível de vida digno é medido através de uma média não ponderada de dois indicadores.

$$\text{Média não ponderada} = 1/2 (\text{população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada}) + 1/2 (\text{crianças com baixo peso para a idade})$$

Exemplo de cálculo: Namíbia

População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada = 13%

Crianças com baixo peso para a idade = 24%

$$\text{Média não ponderada} = 1/2 (13) + 1/2 (24) = 18,5\%$$

2. Cálculo do IPH-1

A fórmula de cálculo do IPH-1 é a seguinte:

$$\text{HPI-1} = [1/3 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)

P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos

P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com baixo peso para a idade

$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Namíbia

$P_1 = 45,4\%$

$P_2 = 15,0\%$

$P_3 = 18,5\%$

$$\text{HPI-1} = [1/3 (45,4^3 + 15,0^3 + 18,5^3)]^{1/3} = 32,5$$

Cálculo do IPH-2

A fórmula de cálculo do IPH-2 é a seguinte:

$$\text{HPI-2} = [1/4 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + P_4^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos (vezes 100)

P_2 = Adultos funcionalmente analfabetos

P_3 = População abaixo da linha de pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado)

P_4 = Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)

$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Austrália

$P_1 = 7,7\%$

$P_2 = 17,0\%$

$P_3 = 14,3\%$

$P_4 = 0,9\%$

$$\text{HPI-2} = [1/4 (7,7^3 + 17,0^3 + 14,3^3 + 0,9^3)]^{1/3} = 12,8$$

Porquê $\alpha = 3$ no cálculo do IPH-1 e do IPH-2

O valor de α tem um impacto importante no valor do IPH. Se $\alpha = 1$, o IPH corresponde à média das suas dimensões. Quando α cresce, atribui-se maior peso à dimensão em que houver maior privação. Assim, à medida que α cresce para infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que o grau de privação é máxima (no caso da Namíbia, o exemplo utilizado para calcular o IPH-1, seria de 49,4 equivalente à probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos).

Neste Relatório, o valor 3 é utilizado para conferir um peso adicional, embora não excessivo, às áreas de privação mais aguda. Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IPH, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen «Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective», e a nota técnica no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

O índice do desenvolvimento ajustado ao género (IDG)

Enquanto o IDH mede os progressos médios, o IDG ajusta os progressos médios, com o objectivo de reflectir as desigualdades entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Nível de conhecimentos, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.
- Um nível de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (PPC em USD).

O cálculo do IDG envolve três patamares. Primeiro, os índices feminino e masculino de cada dimensão são calculados de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor efectivo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Segundo, os índices feminino e masculino de cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças de progressos registados entre homens e mulheres. O índice daí resultante, designado como índice distribuído equitativamente, é calculado de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\begin{aligned} & \text{Índice distribuído equitativamente} \\ & = \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{1-\epsilon})] \\ & + [\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/1-\epsilon} \end{aligned}$$

€ mede o grau de aversão à desigualdade. No IDG, € = 2. Assim, a equação geral passa a ser:

$$\begin{aligned} & \text{Índice distribuído equitativamente} \\ & = \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})] \\ & + [\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-1})]\}^{-1} \end{aligned}$$

o que dá a média harmónica dos índices feminino e masculino.

Terceiro, o IDG é calculado através da combinação dos três índices distribuídos equitativamente numa média não ponderada.

Balizas para o cálculo do IDG

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,5	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	82,5	22,5
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
Rendimentos auferidos estimados (PPC em USD)	40.000	100

Nota: Os valores máximo e mínimo (balizas) para a esperança de vida das mulheres são de mais cinco anos, tendo em consideração que elas vivem, em média, mais anos.

Cálculo do IDG

Este exemplo do cálculo do IDG utiliza dados relativos à Tailândia.

1. Cálculo do índice da esperança de vida distribuído equitativamente

O primeiro passo consiste em calcular separadamente os índices relativos aos progressos registados em termos de esperança de vida feminina e masculina, utilizando para tal a fórmula geral dos índices de dimensão.

FEMININO	MASCULINO
Esperança de vida: 74,0 years	Esperança de vida: 66,7 years
Índice da esperança de vida = $\frac{74,0 - 27,5}{87,5 - 27,5} = 0,776$	Índice da esperança de vida = $\frac{66,7 - 22,5}{82,5 - 22,5} = 0,737$

A seguir, combinam-se os índices feminino e masculino para obter o índice da esperança de vida distribuído equitativamente, utilizando para tal a fórmula geral dos índices distribuídos equitativamente.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,509	Parcela da população: 0,491
Índice da esperança de vida: 0,776	Índice da esperança de vida: 0,737
Índice da esperança de vida distribuído equitativamente = $\{[0,509 (0,776^{-1})] + [0,491 (0,737^{-1})]\}^{-1} = 0,756$	

2. Cálculo do índice do grau de instrução distribuído equitativamente

Primeiro, são calculados separadamente, para mulheres e para homens, os índices da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. O cálculo destes índices é feito directamente, porque os indicadores utilizados já estão normalizados entre 0 e 100.

FEMININO	MASCULINO
Taxa de alfabetização de adultos: 90,5%	Taxa de alfabetização de adultos: 94,9%
Índice de alfabetização de adultos: 0,905	Índice de alfabetização de adultos: 0,949
Taxa de escolarização bruta: 74,0%	Taxa de escolarização bruta: 73,4%
Índice de escolarização bruta: 0,740	Taxa de escolarização bruta: 0,734

Segundo, é calculado separadamente, para mulheres e para homens, o índice do grau de instrução, que dá uma ponderação de dois terços ao índice de alfabetização de adultos e de um terço ao índice de escolarização bruta.

$$\begin{aligned} \text{Índice do grau de instrução} &= 2/3 (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{índice de escolarização bruta}) \\ \text{Índice do grau de instrução feminina} &= 2/3 (0,905) + 1/3 (0,740) = 0,850 \\ \text{Índice do grau de instrução masculina} &= 2/3 (0,949) + 1/3 (0,734) = 0,877 \end{aligned}$$

Finalmente, os índices do grau de instrução femininos e masculinos são combinados com o objectivo de se obter o índice do grau de instrução distribuído equitativamente.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,509	Parcela da população: 0,491
Índice do grau de instrução: 0,850	Índice do grau de instrução: 0,877
Índice do grau de instrução distribuído equitativamente $\{[0,509 (0,850^{-1})] + [0,491 (0,877^{-1})]\}^{-1} = 0,863$	

3. Cálculo do índice do rendimento distribuído equitativamente

Primeiro, são estimados os rendimentos auferidos (PPC em USD) feminino e masculino (para mais pormenores sobre o cálculo, ver adenda a esta nota técnica). Depois, é calculado o índice do rendimento para cada género. Tal como para o IDH, o rendimento é ajustado com base no logaritmo do rendimento auferido estimado (PPC em USD).

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(\text{valor efectivo}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

FEMININO	MASCULINO
Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 6.036	Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 10.214
Índice do rendimento = $\frac{\log(6.036) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,684$	Índice do rendimento = $\frac{\log(10.214) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,772$

O cálculo do IDG continua na página seguinte

Cálculo do IDG (continuação)

Segundo, os índices do rendimento feminino e masculino são combinados com o objectivo de se obter o índice do rendimento distribuído equitativamente.

FEMININO

Parcela da população: 0,509

Índice do rendimento: 0,684

MASCULINO

Parcela da população: 0,491

Índice do rendimento: 0,772

$$\text{Índice do rendimento distribuído equitativamente} = \{[0,509 (0,684^{-1})] + [0,491 (0,772^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0,725}$$

4. Cálculo do IDG

O cálculo do IDG é feito directamente. Consiste, simplesmente, na média não ponderada dos três índices componentes - o índice da esperança de vida distribuído equitativamente, o índice do grau de instrução distribuído equitativamente e o índice do rendimento distribuído equitativamente.

$$\begin{aligned} \text{IDG} &= 1/3 (\text{índice da esperança de vida}) + 1/3 (\text{índice do grau de instrução}) + 1/3 (\text{índice de rendimento}) \\ &= 1/3 (0,756) + 1/3 (0,863) + 1/3 (0,725) = \mathbf{0,781} \end{aligned}$$

Porquê $\epsilon = 2$ no cálculo do IDG

O valor de ϵ corresponde à dimensão da penalização pela desigualdade de género. Quanto maior for o valor, mais penalizada será a sociedade pela existência de desigualdades.

Se $\epsilon = 0$, a desigualdade de género não é penalizada (neste caso, o IDG teria o mesmo valor que o IDH). À medida que ϵ cresce para infinito, atribui-se cada vez maior peso ao grupo que registre menor grau de progressos.

O valor 2 é utilizado no cálculo do IDG (bem como na MPG). Este valor penaliza moderadamente a desigualdade de género no capítulo dos progressos obtidos.

Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IDG, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen «Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement»; e de Kalpana Bardhan e Stephan Klasen «UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review» e a nota técnica do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995* (ver lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

A medida de participação segundo o género (MPG)

Concentrando-se mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, a MPG contempla a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

- Capacidade de participação e de tomada de decisão política, medida pelas parcelas percentuais dos assentos parlamentares ocupados por mulheres e por homens.
- Capacidade de participação e de tomada de decisão económica, medida através de dois indicadores — as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções legislativas, cargos superiores e de gestão e as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções especializadas e técnicas.
- Controlo sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (PPC em USD).

Para cada uma destas três dimensões, é calculada uma percentagem equivalente distribuída equitativamente (PEDI), como uma média ponderada da população, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$PEDI = \left[\frac{\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{1-\epsilon})}{\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{1-\epsilon})} \right]^{1/\epsilon}$$

ε mede o grau de aversão à desigualdade. Na MPG (tal como no IDG) ε = 2, o que penaliza moderadamente a desigualdade. A fórmula passa a ser:

$$PEDI = \left[\frac{\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})}{\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-1})} \right]^{-1}$$

Para efeitos de medição da participação e da tomada de decisão política e económica, a PEDI é, então, indexada através da sua divisão por 50. Motivo desta indexação: numa sociedade ideal, que promova a igualdade do poder de ambos os sexos, as variáveis MPG serão equivalentes a 50% — ou seja, a parcela das mulheres será igual à dos homens para cada variável em análise.

De acordo com a fórmula acima, a PEDI não é definida sempre que o valor de um índice masculino ou feminino for igual a zero. Contudo, quando o índice tende para zero, o limite da PEDI é zero. Sendo assim, nestes casos, o valor da PEDI é fixado em zero.

Finalmente, a MPG é calculada como média simples das três PEDI indexadas.

Cálculo da MPG

Este exemplo do cálculo da MPG utiliza dados relativos à Argentina.

1. Cálculo da PEDI da representação parlamentar

A PEDI da representação parlamentar mede o grau de capacitação relativa das mulheres em função da sua participação política. A PEDI é calculada a partir das parcelas feminina e masculina da população, e do rácio dos assentos parlamentares de mulheres e homens, de acordo com a fórmula geral.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Parcela parlamentar: 36,5%	Parcela parlamentar: 63,5%

$$PEDI \text{ indexada da representação parlamentar} = \left[\frac{0,511 (36,5^{-1})}{0,489 (63,5^{-1})} \right]^{-1} = 46,07$$

Esta PEDI inicial é, então, indexada a um valor ideal de 50%.

$$PEDI \text{ indexada da representação parlamentar} = \frac{46,07}{50} = 0,921$$

2. Cálculo da PEDI da participação económica

Se recorrermos a esta fórmula geral, poderemos calcular uma PEDI para o rácio de mulheres e homens em funções legislativas, cargos superiores e de gestão, e uma outra para o rácio de mulheres e de homens em funções especializadas e técnicas. A média simples das duas medidas determina a PEDI relativa à participação económica.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Parcelas percentuais em funções legislativas, cargos superiores e de gestão: 25,4%	Parcelas percentuais em funções legislativas, cargos superiores e de gestão: 74,6%
Parcelas percentuais em funções especializadas e técnicas: 54,7%	Parcelas percentuais em funções especializadas e técnicas: 45,3%

$$PEDI \text{ das funções legislativas, cargos superiores e de gestão} = \left[\frac{0,511 (25,4^{-1})}{0,489 (74,6^{-1})} \right]^{-1} = 37,46$$

$$PEDI \text{ indexada das funções legislativas, cargos superiores e de gestão} = \frac{37,46}{50} = 0,749$$

$$PEDI \text{ das funções especializadas e técnicas} = \left[\frac{0,511 (54,7^{-1})}{0,489 (45,3^{-1})} \right]^{-1} = 49,67$$

$$PEDI \text{ indexada das funções especializadas e técnicas} = \frac{49,67}{50} = 0,993$$

As duas PEDI indexadas são repartidas de forma proporcional a fim de se obter o cálculo da PEDI da participação económica:

$$PEDI \text{ de participação económica} = \frac{0,749 + 0,993}{2} = 0,871$$

3. Cálculo da PEDI do rendimento

O rendimento auferido (PPC em USD) é estimado separadamente para mulheres e homens, e em seguida, indexado às balizas, tanto para o IDH como para o IDG. No entanto, para a MPG, o rendimento indexado baseia-se em valores não ajustados, e não no logaritmo do rendimento auferido estimado. (Para mais pormenores sobre a estimativa do rendimento auferido por homens e mulheres, ver a adenda a esta nota técnica).

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 9.258	Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 17.518
Índice de rendimento = $\frac{9.258 - 100}{40.000 - 100} = 0,230$	Índice de rendimento = $\frac{17.518 - 100}{40.000 - 100} = 0,437$

Os índices feminino e masculino são, por fim, combinados para se obter o índice distribuído equitativamente.

$$PEDI \text{ do rendimento} = \left[\frac{0,511 (0,230^{-1})}{0,489 (0,437^{-1})} \right]^{-1} = 0,299$$

4. Cálculo da MPG

Uma vez calculada a PEDI para as três dimensões da MPG, a determinação desta é feita directamente. Corresponde a uma média simples dos três índices PEDI.

$$MPG = \frac{0,921 + 0,871 + 0,299}{3} = 0,697$$

ADENDA À NOTA TÉCNICA 1

Rendimento auferido feminino e masculino

Apesar de se reconhecer a importância dos dados relativos ao rendimento desagregado ajustado ao género, não existe ainda uma medição directa destes factores. Procedeu-se, assim, a uma estimativa bruta dos rendimentos auferidos por mulheres e homens para efeitos do presente Relatório.

O rendimento pode ser visto de duas formas: como recurso destinado ao consumo ou como ganho dos indivíduos. Enquanto medida de consumo, é difícil proceder à sua desagregação entre homens e mulheres, porque os dois sexos partilham os recursos no âmbito familiar. Pelo contrário, os ganhos já são separáveis, dado que os diferentes membros da família são remunerados separadamente.

A medida do rendimento utilizada no IDG e na MPG indica a capacidade de cada indivíduo para obter rendimentos. É utilizada no IDG para detectar as disparidades entre homens e mulheres em termos de controlo dos recursos e, na MPG, para avaliar a independência económica das mulheres. (Para questões conceptuais e metodológicas relacionadas com esta abordagem, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen's «Gender Inequality in Human Development» e, no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*, capítulo 3 e notas técnicas 1 e 2; ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica.)

Os rendimentos auferidos femininos e masculinos (PPC em USD) são estimados a partir dos dados de se seguem:

- Rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino.
- Parcelas masculina e feminina da população economicamente activa.
- População total feminina e masculina.
- PIB per capita (PPC em USD).

Símbolos

W_f/W_m = rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino
 EA_f = parcela feminina da população economicamente activa
 EA_m = parcela masculina da população economicamente activa
 S_f = parcela feminina da remuneração salarial
 Y = PIB total (PPC em USD)
 N_f = população feminina total
 N_m = população masculina total
 Y_f = rendimento auferido feminino estimado (PPC em USD)
 Y_m = rendimento auferido masculino estimado (PPC em USD)

Nota

Devido aos arredondamentos, os cálculos baseados em dados que constam nesta nota técnica poderão produzir resultados diferentes dos apresentados nos quadros de indicadores.

Estimativa dos rendimentos auferidos femininos e masculinos

Este exemplo da estimativa dos rendimentos auferidos, feminino e masculino, utiliza dados de 2004 relativos aos Países Baixos.

1. Cálculo do PIB total (PPC em USD).

O PIB total (PPC em USD) é calculado através da multiplicação da população total pelo PIB per capita (PPC em USD).

População total: 16.282 (milhares)
GDP per capita (PPC em USD): 31.789
PIB total (PPC em USD) = 16.282 (31.789) = 517.386.944 (milhares)

2. Cálculo da parcela feminina da remuneração salarial

Como escasseiam dados relativos a salários nos sectores rural e informal, o Relatório recorreu aos salários não agrícolas, e presumiu que o rácio entre salários femininos e salários masculinos no sector não agrícola é aplicável ao resto da economia. A parcela feminina da remuneração salarial é calculada a partir do rácio entre os salários não agrícola feminino e masculino, e das parcelas percentuais feminina e masculina da população economicamente activa. Sempre que não se encontram disponíveis dados sobre o rácio salarial, é utilizado um valor de 75%.

Rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino (W_f/W_m) = 0,815
Parcela percentual feminina da população economicamente activa (EA_f) = 44,0%
Parcela percentual masculina da população economicamente activa (EA_m) = 56,0%

$$\text{Parcela feminina da remuneração salarial } (S_f) = \frac{W_f/W_m (EA_f)}{[W_f/W_m (EA_f)] + EA_m} = \frac{0,815 (44,0)}{[0,815 (44,0)] + 56,0} = 0,391$$

3. Cálculo dos rendimentos auferidos feminino e masculino (PPC em USD).

Uma conclusão há que retirar: a parcela feminina da remuneração salarial é equivalente à parcela feminina do PIB.

Parcela feminina da remuneração salarial (S_f) = 0,391
PIB total (PPC em USD) (Y) = 517.586.944 (milhares)
População feminina (N_f) = 8.202 (milhares)

$$\text{Rendimento auferido feminino estimado (PPC em USD) } (Y_f) = \frac{S_f (Y)}{N_f} = \frac{0,391 (517.586.944)}{8.202} = 24.652$$

População masculina (N_m) = 8.080 (milhares)

$$\text{Rendimento auferido masculino estimado (PPC em USD) } (Y_m) = \frac{Y - S_f (Y)}{N_m} = \frac{517.586.944 - [0,391 (517.586.944)]}{8.080} = 39.035$$

Literatura escolhida

- Anand, Sudhir, e Amartya Sen. 1994. "Human Development Index: Methodology and Measurement." Occasional Paper 12. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. (IDH)
- . 1995. "Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement." Occasional Paper 19. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. (IDG, MPG)
- . 1997. "Concepts of Human Development and Poverty: A Multi-dimensional Perspective." In United Nations Development Programme, *Human Development Report*

1997 Papers: Poverty and Human Development. Nova Iorque. (IPH-1, IPH-2)

Bardhan, Kalpana, e Stephan Klasen. 1999. "UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review." *World Development* 27 (6): 985-1010. (IDG, MPG)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1995. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*. Nova Iorque: Oxford University Press. Notas técnicas 1 e 2 e capítulo 3. (IDG, MPG)

—. 1997. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997*. Nova Iorque: Oxford University Press. Nota técnica 1 e capítulo 1. (IPH-1, IPH-2)

—. 1999. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*. Nova Iorque: Oxford University Press. Nota técnica. (IDH, IDG)

NOTA TÉCNICA 2

Um índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimentos

O índice de desenvolvimento humano (IDH) fornece uma panorâmica abrangente das médias nacionais relativas a três importantes indicadores do bem-estar humano (ver *Nota Técnica 1*). Mas não contempla as variações registadas nas médias relacionadas com a desigualdade. O Relatório deste ano apresenta, pela primeira vez, um IDH por quintis de rendimentos. Esta nova medida, cujo objectivo consiste em abordar um aspecto fundamental do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, estimular o debate público, denuncia a existência de grandes desigualdades entre ricos e pobres em muitos países.

O IDH por quintis de rendimentos apresenta separadamente o desempenho de rendimentos por quintil em 14 países. A metodologia utilizada encontra-se explicada de forma detalhada num documento de apoio preparado para o Relatório deste ano (Grimm e outros 2006). Esta nota técnica faz um breve sumário.

Metodologia

A estruturação do IDH por quintis de rendimentos obedece às mesmas regras do IDH padrão. Para se obter o cálculo dos índices de três dimensões — saúde, grau de instrução e rendimento — por quintil do rendimento foram utilizados dados relativos à esperança de vida, população escolar, alfabetização e rendimento per capita, recolhidos através de sondagens realizadas em lares domésticos.

Os dados para o índice são obtidos de diversas fontes. Nos países em vias de desenvolvimento, os inquéritos de rendimento familiar são utilizados para calcular os índices de educação e do produto interno bruto (PIB) para cada quintil, e as Sondagens Demográficas e Sanitárias são utilizadas para calcular o índice de esperança média de vida. Dado que estes dois conjuntos de informação não abrangem as mesmas famílias, os dados dos referidos inquéritos são relacionados entre si através de um cruzamento do rendimento por família e das Sondagens Demográficas e Sanitárias, recorrendo-se para o efeito

a variáveis contidas nos dois conjuntos de inquéritos. A correlação existente entre o rendimento familiar per capita e um conjunto de características comuns às famílias e que são visíveis em ambos os inquéritos, é objecto de uma estimativa e, depois, utilizada com o objectivo de chegar a um substituto do rendimento familiar nas Sondagens Demográficas e Sanitárias. Entre estas características incluem-se a estrutura familiar, o grau de instrução e a idade do cabeça de casal, a área de residência, as características da habitação e os gostos.

Relativamente aos dois países desenvolvidos que figuram no estudo, a Finlândia e os Estados Unidos, os dados sobre o PIB e o grau de instrução foram obtidos através do Estudo sobre os Rendimentos do Luxemburgo, e os dados sobre os rendimentos e a esperança de vida foram extraídos de trabalhos empíricos entretanto publicados.

Os dados utilizados na estruturação do índice foram obtidos como se segue.

Esperança de vida

Os cálculos baseiam-se em dados relativos à mortalidade infantil, recolhidos através das Sondagens Demográficas e Sanitárias. A mortalidade infantil é, comprovadamente, um substituto fiável dos padrões de mortalidade geral e, conseqüentemente, da esperança de vida. As taxas de mortalidade infantil por cada quintil de rendimento são aplicadas às tabelas de mortalidade de Ledermann (uma ferramenta que serve para estimar a esperança de vida com base na relação histórica entre a esperança de vida e a mortalidade infantil).

O índice do grau de instrução

O índice do grau de instrução baseia-se em dados relativos à alfabetização de adultos e à taxa de escolarização. Os dados relativos à alfabetização de adultos podem ser directamente extraídos dos inquéritos sobre rendimentos do agregado para cada quintil de rendimento. Para calcular o índice de escolarização

O trabalho sobre o índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimento foi levado a cabo por Michael Grimm, Kenneth Harttgen, Stephan Klasen e Mark Misselhorn, com colaborações de Teresa Munzi e Tim Smeeding da equipa do Estudo de Rendimentos do Luxemburgo.

bruta por cada quintil, é preciso apurar primeiro o rácio de escolarização bruta combinada para cada quintil. São considerados para o efeito todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 5 e 23 anos e que frequentam a escola ou universidade, geral ou vocacional. O índice de escolarização bruta por cada quintil é, então, calculado a partir dos mesmos valores mínimos e máximos utilizados no cálculo do IDH padrão.

Índice do PIB

O índice do PIB é calculado a partir da variável de rendimento estabelecida no inquérito aos rendimentos familiares. Em abstracto, e devido à margem de erro da medição, o rendimento médio per capita calculado a partir dos inquéritos ao rendimento familiar poderá diferir bastante do PIB per capita que consta das estatísticas nacionais utilizadas para calcular o índice PIB do IDH padrão. Com o objectivo de eliminar as diferenças nos índices de preços nacionais, o rendimento familiar per capita calculado através dos inquéritos ao rendimento familiar encontra-se expresso em termos de paridade do poder de compra (PPC) em dólares americanos, para o que são utilizados factores de conversão baseados nas informações sobre preços retiradas dos últimos inquéritos do Programa Comparativo Internacional fornecido pelo Banco Mundial. Este rendimento per capita é, então, redimensionado, recorrendo-se para o efeito ao rácio entre a variável de rendimento familiar e o PIB per capita expresso em PPC (extraído do IDH padrão).

Finalmente, estes dados são redimensionados para a mesma proporção referida no IDH padrão do ano em questão. O IDH ajustado aos rendimentos é então calculado de acordo com a fórmula padrão (ver *Nota Técnica 1*):

$$\frac{\text{Índice da esperança de vida} + \text{índice de grau de instrução} + \text{índice do PIB}}{3} = \text{Índice de desenvolvimento humano}$$

Este cálculo é efectuado para cada quintil.

Temas para debate

O modelo do IDH por quintis de rendimentos fornece uma perspectiva simples, intuitiva e transparente da medição de importantes disparidades de desenvolvimento humano em cada país. Constitui um útil indicador abrangente que permite identificar as desigualdades de rendimento e outras, ainda maio-

res, no que respeita às oportunidades relacionadas com a saúde e a instrução. No entanto, o recurso ao modelo do IDH com o intuito de examinar desigualdades nacionais suscita uma série de problemas de concepção e de metodologia.

Começemos por analisar a relação entre o rendimento e os restantes indicadores. O IDH por quintis de rendimento determina a medida do rendimento anual, que sofre flutuações consideráveis resultantes de situações de ruptura e da evolução registada ao longo da vida. Se nos limitarmos a ter em conta a média anual dos rendimentos de uma família, por exemplo, do quintil mais pobre, corremos o risco de mascarar grandes alterações dinâmicas que venham a registar-se com o passar do tempo. Isto acarreta problemas metodológicos adicionais, entre outros motivos, porque se estabelecermos uma ligação entre resultados mais estáveis ao nível da saúde e da instrução e rendimentos flutuantes, poderemos desvirtuar os resultados.

A fiabilidade dos dados recolhidos nos inquéritos familiares apresenta um outro conjunto de problemas. Decidimos abordar aqui estes problemas pelas pretensas simplificações a que fizemos referência atrás e que são explicadas em detalhe em Grimm e outros (2006). Mas colocarmos no mesmo saco os inquéritos demográficos e sanitários e os inquéritos aos rendimentos familiares é uma opção inerentemente problemática, sendo possíveis outras abordagens. Nos países desenvolvidos, a fiabilidade dos dados constitui um problema menos imediato. Mas as comparações entre países continuam a revelar-se difíceis. No caso da Finlândia e dos EUA, a avaliação da esperança de vida a partir dos grupos de rendimento é baseada em dados do início dos anos 90. No entanto, a escassez de dados faz com que a medida dos rendimentos difira da utilizada para as outras duas componentes. Além disso, o Estudo sobre os Rendimentos do Luxemburgo não contém informação sobre a taxa de escolarização, que tem de ser, como tal, substituída por dados relativos aos resultados.

Existe ainda uma última preocupação relacionada com a dimensão das desigualdades. Em termos proporcionais, as diferenças entre ricos e pobres são muito maiores no capítulo dos rendimentos do que no capítulo da saúde e da educação. As pequenas diferenças na saúde e na educação podem, no entanto, ser igualmente importantes do ponto de vista do desenvolvimento humano e deverão, por isso, ser objecto de maior ponderação no IDH por quintis de rendimentos do que são actualmente. Trata-se de assuntos metodológicos mais vastos, inerentes a este

NOTA TÉCNICA 3

Medição do risco na falta de acesso à água e ao saneamento básico

O problema do acesso à água e ao saneamento básico constitui uma questão de vida ou de morte. Mas quais serão os parâmetros de risco associados à sua falta? Se atendermos à dimensão da incidência de doenças e de mortes associadas a este problema, esta questão tem sido, surpreendentemente, negligenciada.

O Capítulo 1 dá-nos conta dos resultados de um trabalho de investigação levado a cabo sobre os riscos associados à falta de acesso à água e ao saneamento básico. Esta abordagem inspirou-se em técnicas analíticas utilizadas em pesquisas médicas e económicas para examinar a relação existente entre, por um lado, o comportamento ou o tratamento, e por outro, os resultados obtidos em termos de saúde. Ela concentrou-se na associação entre o acesso a determinadas infra-estruturas de água e saneamento e as alterações sentidas ao nível do risco de doença ou morte prematura. Para sermos mais específicos, este trabalho contempla o modo como o acesso à água e ao saneamento básico interfere com o risco de mortalidade neonatal (0 a 1 mês) e pós-neonatal (1 a 12 meses), bem como com o risco de diarreia, a maior causa de mortalidade infantil associada à água.

Dados

Os dados utilizados na pesquisa foram extraídos de Sondagens Demográficas e Sanitárias que recolhem informação sobre um grande número de variáveis socioeconómicas a nível individual, de lares domésticos e a nível comunitário, e que são normalmente realizadas de cinco em cinco anos, por forma a permitir uma comparação ao longo do tempo. Cada amostra destas sondagens é constituída por grupos de 5.000 a 30.000 famílias. As amostras não têm concepção longitudinal, mas são representativas a nível nacional, urbano e rural. Embora as Sondagens Demográficas e Sanitárias se concentrem, principalmente, em mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos, também recolhem dados relativos a diversos indicadores demográficos para todos os membros do agregado, incluindo as crianças.

Na base deste conjunto de dados estão 22 inquéritos realizados em 18 países (quadro 1). Foram utilizados, na maior parte dos casos, inquéritos realizados

em, ou a partir de 2000, por forma a incluir a mais recente informação disponível. Para a presente análise, as crianças foram a principal unidade de pesquisa.

Metodologia

A metodologia segue uma abordagem em duas fases. Primeiro, os elementos que influenciam as probabilidades de sobrevivência em diferentes fases da vida foram identificados, destrinçando os efeitos de características individuais, familiares e comunitárias que contribuem para a mortalidade e a doença. No caso da mortalidade neonatal, a variável principal foi definida como um indicador separado, com dois valores: zero quando a criança está viva e um quando a criança morreu durante o primeiro mês de vida. No caso da diarreia, recorreu-se a uma abordagem de resultados separados, em que o valor de um indica um episódio de diarreia durante as duas semanas an-

Quadro 1 Cobertura dos países

País	Ano	Tamanho da amostra
Bangladeche	1999-2000	6.368
Benim	2001	5.349
Camarões	2004	8.125
Egipto	1995 2000	12.135 11.467
Etiópia	2000	10.873
Gabão	2000	4.405
Gana	2003	3.844
Guatemala	1998-99	4.943
Haiti	2000	6.685
Indonésia	2002-03	16.206
Mali	2001	13.097
Marrocos	2003-04	6.180
Nepal	2001	6.931
Nicarágua	2001	6.986
Peru	1996 2000	17.549 13.697
Uganda	2000-01	7.113
Vietname	1997 2002	1.775 1.317
Zâmbia	2001-02	6.877
Zimbabué	1999	3.643

teriores à entrevista. Procedeu-se, seguidamente, à estimativa de um modelo logit em ambos os casos (caixa 1).

Para uma estimativa do impacto produzido por elementos específicos na sobrevivência pós-neonatal, recorreu-se a um modelo e a uma variável de resultados diferentes. Foram incluídas no estudo todas as crianças com mais de um mês de vida, tendo a variável de resultados indicado a ocorrência de mortes entre o 2.º e o 11.º mês de vida. Foi, então, utilizado um modelo de riscos proporcionais de Cox para fazer a estimativa das hipóteses de sobrevivência.

Foi utilizado, em todas as fases do estudo, um conjunto de variáveis de controlo destinadas a identificar os efeitos provocados por características específicas. Entre as variáveis de controlo incluem-se variáveis individuais (tais como o sexo da criança, intervalos de nascimento e se a criança era amamentada), variáveis familiares (tais como o tipo de habitação, educação da mãe, meios de fortuna da família medidos por um índice de posse de bens) e variáveis relacionadas com a comunidade em se insere (por exemplo, urbana ou rural, área de residência, e por aí em diante). Foi, então, realizada uma análise de regressão com o objectivo de isolar os riscos específicos associados a cada tipo de instalação de água e saneamento, usando como cenário de referência a ausência de infra-estruturas de água e saneamento.

Normalmente, as posses das famílias são medidas por um índice de posse de bens padrão, que inclui veículos e televisões, bem como o acesso à água e ao saneamento básico. Atendendo a que o principal interesse deste estudo reside no efeito produzido pelas infra-estruturas de água e saneamento sobre as condições de saúde, foi constituído um índice de património que excluía essas variáveis. De acordo com procedimentos padrão, foram incluídos oito bens domésticos para calcular a primeira componente principal, que foi posteriormente utilizada para criar um índice padronizado. Este índice foi utilizado na divisão das famílias em quintis de riqueza.

Finalmente, procedeu-se à verificação da solidez da pesquisa. Nomeadamente, recorreu-se ao alargamento do estudo da mortalidade, através de uma equivalência de resultados em função de tendências, a fim de verificar a endogeneidade da variável de resultado ou das características não observadas que podem ser associadas aos problemas de acesso à água e ao saneamento.

A maior parte dos resultados são mostrados e debatidos no capítulo 1. Para mais detalhes, consultar os documentos de apoio preparados para o Relatório deste ano por Fuentes, Pfützte e Seck.¹

Nota

1 Fuentes, Pfützte e Seck 2006a, 2006b.

Caixa 1

Modelo técnico para medição do risco

Foram utilizados dois métodos estatísticos para definir o risco inerente ao acesso à água e ao saneamento básico.

Para a mortalidade neonatal e a incidência de diarreia, foi utilizado um modelo logit padrão. As estimativas de logit são utilizadas sempre que a variável de resultado tem dois valores possíveis (deste modo, os logits são frequentemente designados como modelos binários). Os dois resultados possíveis são rotulados como fracassos ($Y = 0$) ou êxitos ($Y = 1$).

Os parâmetros nas estimativas logit podem ser interpretados como tratando-se de uma alteração no grau de probabilidade associada a um aumento de variáveis independentes na unidade. Os parâmetros daí resultantes mostram, deste modo, a alteração na probabilidade de o evento condicionar as características do indivíduo, das famílias e comunitárias.

Formalmente, é suposto que a variável dependente Y_i do modelo logit siga uma condicional de distribuição de Bernoulli no vector da variável explicativa X_i . A probabilidade de sucesso é expressa como

$$P(Y_i = 1 | X_i) = \Lambda(x_i, \beta) \text{ and } P(Y_i = 0 | X_i) = 1 - \Lambda(x_i, \beta)$$

com $\Lambda(z) = (1 + \exp^{-z})^{-1}$, sendo a função de distribuição cumulativa do modelo logístico.

A densidade condicional pode ser expressa como

$$f(y_i | x_i) = \Lambda(x_i, \beta)^{y_i} [1 - \Lambda(x_i, \beta)]^{1-y_i}.$$

A função de verosimilhança logarítmica torna-se

$$l(\beta) = \sum_{i=1}^n \log f(y_i | x_i) = \sum_{y_i=1} \log \Lambda(x_i, \beta) + \sum_{y_i=0} \log [1 - \Lambda(x_i, \beta)].$$

A estimativa de verosimilhança máxima $\hat{\beta}$ de β é o valor que maximiza a função logarítmica de verosimilhança $l(\beta)$.

Relativamente aos factores determinantes na mortalidade pós-neonatal, torna-se necessário um enquadramento de estimativa mais elaborado, devido aos problemas de observações censuradas. Os dados utilizados não contêm informações obtidas em todo o período da análise e de todas as crianças. Por exemplo, o caso de uma criança de quatro meses à data da entrevista e que morre aos cinco meses, não ficará registado no inquérito como tratando-se de um óbito; esta característica origina uma tendenciosidade que deve ser corrigida. Uma maneira de resolver este problema consiste em limitar a amostra a crianças que tenham, pelo menos, 12 meses à data da entrevista. No entanto, com isto eliminar-se-ia um número considerável de observações. Em vez disso, foi utilizado um modelo de risco que assume as questões relacionadas com a censura. Tendo em conta o grande volume de literatura existente sobre mortalidade, foi aplicado um modelo de risco proporcional de Cox. Este modelo consiste numa estimativa semi-paramétrica, dado que a taxa de risco subjacente não é moldada por nenhuma forma funcional. Este modelo só tem um requisito estrutural obrigatório: o efeito das covariadas na taxa de risco relativa deve ser constante durante o período observado.

Formalmente, a função de risco (condicional) do modelo de Cox, com um vector k -dimensional de covariadas (X), pode ser expressa como

$$\lambda(t | X) = \lambda_0(t) \exp(\beta' X),$$

onde $\beta' = (\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k)'$ é o vector de parâmetros (alteração proporcional na função de risco) e $\lambda_0(t)$ é a linha de base da função de risco.

Os parâmetros β' podem ser estimados sem estimativa $\lambda_0(t)$, utilizando para tal a verosimilhança máxima. Se i denota o índice de insucesso ordenado por t_i , $i = (1, 2, \dots, N)$, d_i o número de observações que falham em t_i , D_i o conjunto de observações em t_i e R_i o conjunto de risco, a função logarítmica de verosimilhança parcial pode ser expressa em

$$l(\beta) = \sum_{i=1}^N d_i [\beta' X_i - \ln \sum_{j \in R_i} \exp(\beta' X_j)].$$

Definições de termos estatísticos

Actividades de mercado Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, de forma a incluir empregos em estabelecimentos e a produção primária, venda de serviços e outras produções de bens não realizadas em estabelecimentos. Ver *Actividades não mercantis* e *Tempo de trabalho total*.

Actividades não mercantis Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, de forma a incluir a manutenção familiar (limpeza, lavagem de roupa, preparação de refeições e arrumação), a administração e compras para a própria família; os cuidados prestados a crianças, doentes, idosos e deficientes da própria família; e serviços à comunidade. Ver *Actividades de mercado* e *Tempo de trabalho total*.

Ajuda pública Donativos ou empréstimos que obedecem aos mesmos padrões da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), com a particularidade de que os países receptores não se qualificam como receptores de APD. Estes países estão identificados na Parte II da lista de países receptores do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que inclui os países mais avançados da Europa Central e Oriental, nações da antiga União Soviética e certos países e territórios em desenvolvimento avançado. Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida Desembolso de empréstimos efectuados em termos concessionais (líquidos de reembolsos) e donativos das agências oficiais dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), das organizações multilaterais e de países não membros do CAD para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios da Parte I da lista de destinatários de ajuda do CAD. Inclui empréstimos com um elemento de concessão de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%).

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) não ligada APD bilateral de um país para outro, em relação à qual os bens e serviços associados podem ser adquiridos, total e livremente, em praticamente todos os países.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para os países menos desenvolvidos Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (ADP) líquida* e as classificações para os países menos desenvolvidos.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para serviços sociais básicos APD dirigida aos serviços sociais básicos, que incluem educação básica (educação infantil, ensino primário e qualificações de vida básicas para jovens e adultos), saúde básica (incluindo cuidados básicos de saú-

de, infra-estruturas básicas de saúde, nutrição básica, controlo de doenças contagiosas, educação sanitária e desenvolvimento da saúde pessoal) e políticas e programas para a população e saúde reprodutiva (política populacional e gestão administrativa, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, controlo de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo VIH/SIDA, e desenvolvimento pessoal para a saúde populacional e reprodutiva). A ajuda para abastecimento de água e saneamento só é incluída se estiver orientada para a diminuição da pobreza.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) per capita do país doador Ajuda pública ao desenvolvimento concedida por um determinado país dividida pela sua população total. Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Alfabetização de adultos, taxa de Percentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Alfabetização de jovens, taxa de Percentagem da população entre os 15 e os 24 anos que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Altura para a idade, crianças menores de cinco anos com pouca Inclui raquitismo moderado e grave, definido como mais de dois desvios padrões abaixo da altura mediana para a idade da população de referência.

Analfabetas, pessoas que são funcionalmente Parcela da população adulta (16-65 anos) com resultados de nível 1 na escala de literacia em prosa do Inquérito Internacional à Literacia dos Adultos. A maioria das tarefas a este nível exige que o leitor localize uma informação no texto que seja idêntica ou sinónima à informação dada nas instruções.

Analfabetismo de adultos, taxa de Calculada como 100 menos a taxa de alfabetização de adultos. Ver *Alfabetização de adultos, taxa de*.

Armas convencionais, transferências Refere-se à transferência voluntária, pelo fornecedor (excluindo assim as armas capturadas ou obtidas junto de desertores), de armas com fins militares destinadas às forças armadas, paramilitares ou agências de serviços secretos de outro país. Inclui os principais sistemas ou armas convencionais, divididos em seis categorias: navios, aeronaves, mísseis, artilharia, veículos blindados e sistemas de orientação e radar (excluem-se camiões, serviços, munições, armas de

pequeno porte, elementos de apoio, componentes e tecnologia componente e artilharia naval de calibre inferior a 100 milímetros).

Assentos parlamentares ocupados por mulheres Refere-se a assentos ocupados por mulheres numa câmara baixa ou única ou numa câmara alta ou senado, conforme aplicável.

Ciências, matemática e engenharia, estudantes do ensino superior de Parcela de estudantes do ensino superior inscritos em ciências naturais; engenharia; matemática e ciências da computação; arquitectura e planeamento urbano; transportes e comunicações; cursos de comércio, artesanato e indústria; e agricultura, silvicultura e pescas. Ver *Educação, níveis de*.

Combustível tradicional, consumo de Consumo estimado de lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar) e resíduos animais e vegetais.

Contraceptivos, taxa de prevalência de Percentagem de mulheres casadas (incluindo em união), entre os 15 e os 49 anos, que utilizam, ou cujos parceiros utilizam, algum método de contraceção, quer moderno, quer tradicional.

Crianças com menos de cinco anos com diarreia recebendo reidratação oral e alimentação continuada Percentagem de crianças (0-4 anos) com diarreia nas duas últimas semanas anteriores ao inquérito, que receberam quer terapia de reidratação oral (soluções de reidratação oral ou líquidos caseiros recomendados), quer líquidos em maior quantidade e alimentação continuada.

Crianças que atingem o 5º ano Percentagem de crianças que inicia o ensino primário e que acabam por atingir o 5º ano (4º ano se a duração do ensino primário for de quatro anos). As estimativas baseiam-se no método da coorte reconstruída, que utiliza dados sobre matrículas e repetentes relativos a dois anos consecutivos.

Criminalidade, pessoas vítimas de Percentagem da população que entende que foi vítima de determinado tipo de crime no ano anterior, com base nas respostas ao Inquérito Internacional sobre Vítimas de Criminalidade.

Desemprego Refere-se a todas as pessoas acima de determinada idade que não têm emprego remunerado ou não são trabalhadores independentes, mas que se encontram disponíveis para trabalhar e que tomaram os passos necessários para encontrar emprego remunerado ou tornarem-se trabalhadores independentes.

Desemprego de longa duração Desemprego com uma duração de 12 meses ou mais. Ver *Desemprego*.

Desemprego jovem, taxa de Refere-se ao desemprego entre os 15 (ou 16) e os 24 anos, dependendo das definições nacionais. Ver *Desemprego*.

Desemprego, taxa de Número de desempregados dividido pelo número de pessoas da população activa (empregados e desempregados). Ver *Desemprego e População activa (força de trabalho)*.

Educação, despesa pública com a Inclui as despesas de capital (gastos na construção, manutenção, principais reparações e aquisição de equipamento pesado ou veículos) e as despesas correntes. Ver *Educação, despesa pública corrente com a*.

Educação, despesa pública corrente com a Gastos em bens e serviços que são consumidos durante o ano corrente e que devem ser renovados no ano seguinte, incluindo despesas como salários e regalias dos funcionários, serviços contratados ou adquiridos, livros e material de ensino, serviços sociais, mobiliário e equipamento, reparações menores, combustíveis, seguros, rendas, telecomunicações e viagens.

Educação, índice da Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. Ver *Alfabetização de adultos, taxa de e Escolarização bruta combinada das escolas primárias, secundárias e superiores, taxa de*. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Educação, níveis de A educação é classificada como pré-escolar, primária, secundária ou superior, de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE). A *educação pré-escolar* (CITE, nível 0) é dada em escolas como jardins-de-infância e creches e destina-se a crianças sem idade suficiente para se matricularem no primeiro nível. A *educação primária* (CITE, nível 1) fornece os elementos básicos de educação em estabelecimentos como escolas primárias e elementares. A *educação secundária* (CITE, níveis 2 e 3) baseia-se em pelo menos quatro anos de instrução prévia no primeiro nível e oferece instrução geral ou especializada, ou ambas, em instituições como escolas intermédias, secundárias, liceus, escolas de formação de professores a este nível e escolas técnicas ou profissionais. A *educação superior* (CITE, níveis 5-7) diz respeito à educação em instituições como universidades, escolas superiores de educação e escolas profissionais superiores – exigindo como condição mínima de admissão a conclusão bem sucedida da educação do segundo nível ou a prova de aquisição de um nível equivalente de conhecimentos.

Electricidade, consumo per capita de Refere-se à produção bruta, em termos per capita, incluindo o consumo de estações auxiliares e quaisquer perdas nos transformadores que sejam considerados partes integrantes das estações. Inclui também a produção total de energia eléctrica pelas estações de bombagem, sem dedução da energia eléctrica consumida pelas bombas.

Emissões de dióxido de carbono Emissões antropogénicas (de origem humana) de dióxido de carbono, provenientes da combustão de combustíveis fósseis, queima de gases residuais e produção de cimento. As emissões são calculadas com base em dados relativos ao consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, queima de gases residuais e produção de cimento.

Emprego feminino por actividade económica Emprego feminino na indústria, agricultura ou serviços, segundo a definição do sistema da Classificação Internacional Tipo da Indústria (CITI) (revisões 2 e 3). *Indústria* refere-se às

actividades de mineração, exploração de pedreiras, produção, construção e serviços públicos (gás, água e electricidade). *Agricultura* refere-se às actividades agrícolas, de caça, silvicultura e pesca. Serviços refere-se ao comércio grossista e retalhista; restaurantes e hotéis; transporte, armazenamento e comunicações; finanças, seguros, imobiliário e serviços às empresas; e serviços comunitários, sociais e pessoais.

Energia utilizada, PIB por unidade de Rácio entre o PIB (PPC em USD em 2000) e a energia comercial utilizada, medida em quilogramas de equivalente de petróleo. Este rácio oferece uma medida da eficiência energética através da apresentação de estimativas comparáveis e consistentes do PIB real entre países relativamente às entradas físicas (unidades de utilização de energia). Ver *PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade do poder de compra)*.

Escolarização bruta combinada das escolas primárias, secundárias e superiores, taxa de Número de estudantes matriculados nos níveis de ensino primário, secundário e superior, independentemente da idade, em percentagem da população com idade escolar oficial para os três níveis. Ver *Educação, níveis de e Escolarização, taxa bruta de*.

Escolarização, taxa bruta de Número de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em percentagem da população com idade escolar oficial para aquele nível. A taxa bruta de escolarização pode ser superior a 100% devido à repetição de anos e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para aquele grau de ensino. Ver *Educação, níveis de*.

Escolarização, taxa líquida de Número de estudantes matriculados num nível de educação com idade escolar oficial para aquele nível, em percentagem da população com idade escolar oficial para aquele nível. Ver *Educação, níveis de*.

Esperança de vida à nascença Número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade predominantes no momento do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida.

Esperança de vida, índice da Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Exportações de alta tecnologia Exportações de produtos com uma elevada intensidade de investigação e desenvolvimento. Abrange produtos de alta tecnologia como equipamentos aeroespaciais, computadores, produtos farmacêuticos, instrumentos científicos e máquinas eléctricas.

Exportações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos ao resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços, tais como serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoais e governamentais. Exclui os rendimentos do trabalho e da propriedade e os pagamentos de transferências.

Exportações de bens manufacturados Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional de forma a incluir exportações de produtos químicos, produtos manufacturados básicos, máquinas e material de transporte e outros produtos manufacturados diversos.

Exportações de bens primários Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional de forma a incluir exportações de bens alimentares, matérias-primas agrícolas, combustíveis, minérios e metais.

Fluxos privados, outros Categoria que combina fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida (a soma de capitais do país, certificados de depósito e compras directas de acções por parte de investidores estrangeiros), fluxos de carteira criadores de dívida (emissão de obrigações adquiridas por investidores estrangeiros) e empréstimos bancários e relacionados com o comércio (empréstimos de bancos comerciais e outros créditos comerciais).

Fonte de água melhorada, população com acesso sustentável a uma Parcela da população com acesso razoável a qualquer um dos seguintes tipos de abastecimento de água potável: água canalizada, fontanários públicos, furos de captação de água, poços escavados cobertos, nascentes protegidas e recolha de águas pluviais. Acesso razoável é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e por dia a partir de uma fonte localizada no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador.

Fonte de água melhorada, população sem acesso sustentável a uma Calculado como 100 menos a percentagem da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada. Fontes não melhoradas incluem vendedores, água engarrafada, camiões-cisterna, nascentes e poços descobertos. Ver *Fonte de água melhorada, população com acesso sustentável a uma*.

Forças armadas, total Forças estratégicas, terrestres, navais, aéreas, de comando, administrativas e de apoio. Também abrange forças paramilitares como a polícia, o pessoal dos serviços alfandegários e a guarda fronteiriça, quando têm formação em táticas militares.

Importações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços, tais como serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoais e governamentais. Exclui os rendimentos do trabalho e da propriedade e os pagamentos de transferências.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Índice composto que mede o progresso médio nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno – ajustado para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Um índice composto que mede o progresso médio em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e

saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de Gini Mede o desvio da distribuição do rendimento (ou consumo) entre indivíduos ou famílias, num determinado país, face a uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz relaciona percentagens acumuladas do rendimento total recebido com quantidades acumuladas de beneficiários, partindo dos indivíduos ou famílias mais pobres. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como percentagem da área máxima abaixo da linha. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita.

Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de pobreza humana (IPH-2) para países seleccionados de elevado rendimento da OCDE Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno – e que capta ainda a exclusão social. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de preços no consumidor, variação média anual Reflecte variações no custo de aquisição de um cabaz de bens e serviços para o consumidor médio, que podem ser fixas ou variar em determinados intervalos.

Instalações sanitárias melhoradas, população com acesso a Percentagem da população com acesso a instalações adequadas de eliminação de excrementos, tais como a ligação a um sistema de esgotos ou a uma fossa séptica, uma latrina com autoclismo, uma latrina simples com fossa ou uma latrina com fossa aperfeiçoada e arejada. Um sistema de eliminação de excrementos é considerado adequado se for privado ou partilhado (mas não público) e se prevenir de forma eficaz o contacto humano, animal ou de insectos com os excrementos.

Investigação e desenvolvimento, despesas em Despesas correntes e de capital (incluindo despesas fixas) em actividades criativas e sistemáticas com o intuito de aumentar a reserva de conhecimento. Incluem investigação fundamental e aplicada e trabalhos de desenvolvimento experimental conducentes a novos dispositivos, produtos ou processos.

Investigadores em I&D Pessoas formadas para trabalhar em qualquer área científica, envolvidas em actividades especializadas de investigação e desenvolvimento (I&D). A maioria destas actividades exige a conclusão do ensino superior.

Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos de Fluxos líquidos de investimento para aquisição de uma participação permanente na gestão (10% ou mais das

acções com direito de voto) de uma empresa que opere numa economia distinta da do investidor. É a soma do capital social, reinvestimento de lucros e outros capitais de longo e de curto prazo.

Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras Parcela de mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP-88), incluindo legisladoras, funcionárias públicas superiores, chefes tradicionais e chefes de aldeia, funcionárias superiores de organizações com interesses específicos, gestoras de empresas, directoras e directoras executivas, gestoras de departamentos de produção e operações e de outros departamentos, e directoras gerais.

Limiar da pobreza de rendimentos, população abaixo do Percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza especificado:

- 1 USD por dia — a preços internacionais de 1985 (equivalente a 1,08 USD, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 2 USD por dia — a preços internacionais de 1985 (equivalente a 2,15 USD, a preços internacionais de 1993), ajustados à paridade do poder de compra.
- 4 USD por dia — a preços internacionais de 1990, ajustados à paridade do poder de compra.
- 11 USD por dia (por pessoa numa família de três) — a preços internacionais de 1994, ajustados à paridade do poder de compra.
- Limiar de pobreza nacional — o limiar de pobreza considerado pelas autoridades como apropriado para o país. As estimativas nacionais baseiam-se nas estimativas de subgrupos ponderados pela população, com base nos inquéritos às famílias.
- 50% do rendimento médio — 50% do rendimento médio familiar disponível ajustado. Ver *PPC (paridade do poder de compra)*.

Linhas telefónicas principais Linhas telefónicas que ligam o equipamento dos clientes à rede telefónica pública fixa.

Malária, prevenção da (crianças menores de cinco anos) Percentagem de crianças menores de cinco anos que dormem com mosquiteiros tratados com insecticida.

Malária, tratamento da (em crianças menores de cinco anos com febre) Percentagem de crianças menores de cinco anos que se encontravam doentes com febre nas duas semanas anteriores ao inquérito e às quais foram administrados medicamentos antimaláricos.

Médicos Inclui os diplomados de uma faculdade ou escola de medicina que trabalham em qualquer campo médico (incluindo ensino, investigação e prática clínica).

Medida de participação segundo o género (MPG) Índice composto que mede a desigualdade do género em três dimensões básicas do poder – participação e tomada de decisão económica, participação política e tomada de decisão e poder sobre recursos económicos. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Militar, despesa Todas as despesas do Ministério da Defesa e outros ministérios no recrutamento e formação de pessoal militar, assim como na construção e compra de materiais e equipamentos militares. A ajuda militar está incluída nas despesas do país doador.

Mortalidade de menores de cinco anos, taxa de A probabilidade de morte entre o nascimento e exactamente cinco anos de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade infantil, taxa de A probabilidade de morte entre o nascimento e exactamente um ano de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, taxa ajustada de Taxa de mortalidade materna ajustada de forma a dar resposta a problemas bem documentados de lacunas de notificação e de má classificação das mortes maternas, assim como a estimativas para países que não dispõem de dados. Ver *Mortalidade materna, taxa de*.

Mortalidade materna, taxa de Número anual de óbitos de mulheres devido a causas relacionadas com a gravidez, por 100.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, taxa declarada de Taxa de mortalidade materna declarada pelas autoridades nacionais. Ver *Mortalidade materna, taxa de*.

Mulheres no governo a nível ministerial Inclui vice-primas-ministras e ministras. Consideraram-se também primeiras-ministras as que detinham pastas ministeriais. Foram também incluídas vice-presidentes e chefes de departamentos ou agências a nível ministerial quando em exercício de uma função ministerial na estrutura governamental.

Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados Percentagem de partos assistidos por profissionais (incluindo médicos, enfermeiras e parteiras) preparados para fornecer os necessários cuidados, supervisão e conselhos às mulheres durante a gravidez, parto e período pós-parto; para conduzirem partos sem assistência; e prestarem cuidados aos recém-nascidos.

Patentes concedidas a residentes Referem-se a documentos emitidos por um gabinete público que descrevem uma invenção e criam uma situação legal em que a invenção patenteada normalmente pode ser explorada (produzida, utilizada, vendida ou importada) apenas pelo patenteado ou com a sua autorização. A protecção das invenções é limitada geralmente a 20 anos a partir da data de apresentação do pedido de concessão da patente.

Peso à nascença, crianças com baixo Percentagem de crianças que nasce com um peso inferior a 2.500 gramas.

Peso para a idade, crianças menores de cinco anos com baixo Inclui insuficiência de peso moderada, definida como mais de dois desvios padrão abaixo do peso mediano para a idade da população de referência, e insuficiência de peso grave, definida como mais de três desvios padrão abaixo do peso mediano.

Pessoas deslocadas internamente Pessoas ou grupos de pessoas que foram forçados ou obrigados a fugir ou deixar as suas casas ou locais de residência habitual, particularmente, como consequência ou a fim de evitar as consequências de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira nacional internacionalmente reconhecida.

Pessoas subalimentadas Pessoas cujo consumo alimentar é cronicamente insuficiente para satisfazer as suas necessidades energéticas mínimas.

PIB (em USD) Produto interno bruto convertido em dólares americanos através da taxa de câmbio oficial média publicada pelo Fundo Monetário Internacional. Utiliza-se um factor de conversão alternativo quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente elevada, da taxa efectivamente utilizada nas transacções em divisa estrangeira e em produtos comercializados. Ver *PIB (produto interno bruto)*.

PIB (produto interno bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia, acrescida de quaisquer impostos sobre o produto (à excepção de subsídios) não incluídos na valorização da produção. É calculado sem incluir as deduções da depreciação do capital físico ou do esgotamento e deterioração dos recursos naturais. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois da soma de todos os produtos finais e da subtracção de todos os produtos intermédios utilizados.

PIB per capita (em USD) Produto interno bruto em dólares americanos dividido pela população média do ano. Ver *PIB (em USD)* e *População total*.

PIB per capita (PPC em USD) Produto interno bruto (em termos de paridade do poder de compra em dólares americanos) dividido pela população média do ano. Ver *PIB (produto interno bruto)*, *PPC (paridade do poder de compra)* e *População total*.

PIB per capita, taxa de crescimento anual do Taxa de crescimento anual (mínimos quadrados) calculada a partir do PIB per capita a preços constantes, em moeda local.

PIB, índice do Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se no produto interno bruto per capita (em termos de paridade do poder de compra em USD; ver PPC). Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

População activa (força de trabalho) Todos os empregados (incluindo pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período em referência, estavam num emprego remunerado, exerciam uma ocupação ou um trabalho independente ou tinham um emprego mas não estavam a trabalhar) e desempregados (incluindo pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período em referência, estavam sem trabalho, normalmente disponíveis para trabalhar e à procura de trabalho).

População total Refere-se à população real, que inclui toda a população presente numa dada região, num dado momento.

População urbana População a meio do ano em áreas classificadas como urbanas, de acordo com os critérios utilizados por cada país, conforme notificado à ONU. Ver *População total*.

População, taxa de crescimento anual da Refere-se à taxa de crescimento média anual exponencial no período indicado. Ver *População total*.

PPAE, ponto de conclusão A data em que um país incluído na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) completa, com sucesso, as reformas estruturais fundamentais acordadas no ponto de decisão PPAE, incluindo o desenvolvimento e execução de uma estratégia de redução da pobreza. O país recebe, então, o volume do seu alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa PPAE, sem novas condicionantes políticas.

PPAE, ponto de decisão A data em que um país pobre altamente endividado (PPAE), com um percurso conhecido de bom desempenho no quadro de programas de ajustamento apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, se compromete, no âmbito da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados, a encetar reformas adicionais e a desenvolver e executar uma estratégia de redução da pobreza.

PPC (paridade do poder de compra) Uma taxa de câmbio que leva em consideração as diferenças de preços entre países, permitindo comparações internacionais do produto e dos rendimentos reais. À taxa de PPC em USD (como se usa neste Relatório), 1 USD PPC tem o mesmo poder de compra na economia nacional que 1 USD tem nos Estados Unidos.

Probabilidade à nascença de não sobreviver até uma idade específica Calculada como 1 menos a probabilidade de sobreviver até uma idade específica para uma dada coorte. Ver *Probabilidade à nascença de sobreviver até uma idade específica*.

Probabilidade à nascença de sobreviver até uma idade específica Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até uma determinada idade, se estiver sujeita aos padrões predominantes das taxas de mortalidade específicas à idade.

Projeção da variação média Projeções da população efectuadas pela Divisão da População das Nações Unidas, assumindo a trajectória média da fertilidade e níveis normais de mortalidade e de migração internacional. Cada pressuposto implica tendências projectadas dos níveis de fertilidade, mortalidade e migração líquida que dependem das características demográficas específicas e das políticas relevantes de cada país ou grupo de países. Por outro lado, inclui-se na projecção o impacto do VIH/SIDA para os países altamente afectados pela epidemia do VIH/SIDA. A Divisão de População das Nações Unidas também publica projecções com variações baixas e elevadas. Para mais informações, ver <http://esa.un.org/unpp/assumptions.html>.

Propriedade segura, famílias com acesso a Famílias que detêm ou estão em vias de adquirir as suas habitações, que alugam por sua conta ou que se encontram abrangidas por regimes de habitação social ou de sub-arrendamento.

Refugiados Pessoas que fugiram do seu país devido a um receio bem fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a determinado grupo social e que não podem ou não querem regressar. *País de asilo* é o país onde um refugiado solicitou um pedido de asilo mas ainda não recebeu resposta ou está registado como candidato a asilo. *País de origem* refere-se à nacionalidade do requerente ou país de que é cidadão.

Rendimento auferido (PPC em USD), estimativa do Cálculo aproximado, com base no rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino, parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, populações feminina e masculina totais e PIB per capita (em termos de paridade do poder de compra em dólares americanos; ver *PPC*). Para pormenores sobre o processo de estimação, ver *Nota técnica 1*.

Rendimento auferido, estimativa do rácio feminino-masculino do Rácio entre as estimativas do rendimento auferido feminino e do rendimento auferido masculino. Ver *Rendimento auferido (PPC em USD), estimativa do*.

Rendimento ou consumo, parcelas de Parcelas de rendimento ou consumo de que beneficiam os subgrupos da população indicados por decís e quintis, com base em inquéritos nacionais às famílias ao longo de vários anos. Os inquéritos sobre o consumo produzem resultados que mostram níveis de desigualdade entre pobres e ricos mais baixos do que os inquéritos sobre o rendimento, já que as pessoas pobres consomem, normalmente, uma parte maior do seu rendimento. Como os dados são provenientes de inquéritos que cobrem anos diferentes e utilizam metodologias diferentes, as comparações entre países devem ser efectuadas com precaução.

RNB (rendimento nacional bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia, acrescida de quaisquer impostos sobre o produto (à excepção de subsídios), não incluídos na valorização da produção, mais as receitas líquidas do rendimento primário (remuneração de empregados e rendimentos de propriedade) provenientes do estrangeiro. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois da soma de todos os produtos finais e da subtracção de todos os produtos intermédios utilizados. Os dados são apresentados em dólares americanos correntes, convertidos utilizando o método *Atlas do Banco Mundial*.

Royalties e direitos de licença, receitas de Receitas que os residentes recebem de não residentes pela utilização autorizada de activos intangíveis, não produzidos e não financeiros e direitos de propriedade (tais como patentes, marcas registadas, direitos de autor, de *franchising* e processos industriais) e pela utilização, através de acordos de licença, de originais de protótipos produzidos (tais como filmes e manuscritos). Os dados baseiam-se na balança de pagamentos.

Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a Soma das despesas pública e privada de saúde (em termos de paridade do poder de compra em USD), dividida pela população. A despesa de saúde inclui a prestação de serviços de saúde (preventivos e curativos), actividades de planeamento familiar, actividades de nutrição e ajuda de emergência indicada para a saúde, mas exclui a provisão de água e saneamento. Ver *Saúde, despesa privada de*; *Saúde, despesa pública de*; e *PPC (paridade do poder de compra)*.

Saúde, despesa privada de Despesa directa das famílias (reembolsável), seguros privados, gastos das organizações sem fins lucrativos que servem as famílias e pagamentos directos de serviços por empresas privadas. Somada à despesa pública de saúde, perfaz a despesa total de saúde. Ver *Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a e Saúde, despesa pública de*.

Saúde, despesa pública de Despesa corrente e de capital dos orçamentos da administração (central e local) empréstimos externos e donativos (incluindo os donativos de agências internacionais e de organizações não governamentais) e fundos sociais (ou obrigatórios) de seguros de saúde. Somada à despesa privada de saúde, perfaz a despesa total de saúde. Ver *Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a e Saúde, despesa privada de*.

Serviço da dívida total Soma dos principais reembolsos e juros pagos efectivamente em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida de longo prazo (com uma maturidade superior a um ano), juros pagos sobre a dívida de curto prazo e reembolsos ao Fundo Monetário Internacional.

Tabagismo entre adultos, prevalência do Percentagem de homens e mulheres que fumam cigarros.

Taxa de actividade económica feminina Parcela da população feminina com 15 anos ou mais que oferece, ou está disponível para oferecer, trabalho para a produção de bens e serviços.

Taxa de fertilidade total Número de filhos que cada mulher teria se vivesse até ao final do seu período de fertilidade e desse à luz em cada idade, de acordo com as taxas de fertilidade predominantes na idade específica.

Taxa de mortalidade de menores de cinco anos Ver *Mortalidade de menores de cinco anos, taxa de*.

Taxa de mortalidade infantil Ver *Mortalidade infantil, taxa de*.

Telemóveis, assinantes (também referidos como assinantes de telefones celulares móveis) Assinantes de um serviço telefónico público móvel e automático, que fornece acesso à rede pública de distribuição de telefone através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais.

Tempo de trabalho total Tempo gasto em actividades de mercado e não mercantis, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993. Ver *Actividades de mercado e Actividades não mercantis*.

Termos de troca Rácio entre o índice de preços de exportações e o índice de preços de importações, medido relativamente a um ano base. Um valor superior a 100 significa que o preço das exportações aumentou relativamente ao preço das importações.

Trabalhador familiar, contribuição do Definido, de acordo com a Classificação Internacional segundo o Estatuto no Emprego (CIEE) de 1993, como uma pessoa que trabalha sem remuneração numa empresa económica dirigida por um familiar que vive no mesmo lar.

Trabalhadoras especializadas e técnicas Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP-88), incluindo profissionais no domínio da física, matemática e ciências de engenharia (e especializações associadas); ciências da vida e profissionais de saúde (e especializações associadas), profissionais de ensino (e especializações associadas) e outras profissionais e especializações associadas.

Tratados ambientais, ratificação de Após assinar um tratado, um país deve ratificá-lo, geralmente com a aprovação do seu parlamento. Este processo não só implica uma declaração de interesse, expressa pela assinatura, mas também a transposição dos princípios e obrigações do tratado para a legislação nacional.

Tuberculose, casos curados com base em DOTS Percentagem da estimativa de novos casos de infecção por tuberculose, curados com base em DOTS, a estratégia de controlo da tuberculose recomendada internacionalmente.

Tuberculose, casos detectados com base em DOTS Percentagem da estimativa de novos casos de infecção por tuberculose, detectados (diagnosticados num determinado período) com base em DOTS, a estratégia de controlo da tuberculose recomendada internacionalmente.

Tuberculose, prevalência de casos de Número total de casos de tuberculose notificados à Organização Mundial de Saúde. Um caso de tuberculose é definido como um paciente a quem a tuberculose foi confirmada bacteriologicamente ou diagnosticada por um clínico.

Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco Percentagem de homens e mulheres que dizem ter usado um preservativo na última vez em que tiveram relações sexuais com um parceiro extraconjugal, ou não coabitante, nos últimos 12 meses.

Utilizadores da Internet Pessoas com acesso à rede mundial.

Vacinação, crianças de um ano efectivamente vacinadas contra o sarampo e a tuberculose Crianças de um ano injectadas com um antígeno ou um soro contendo anticorpos específicos contra o sarampo ou a tuberculose.

VIH, prevalência do Percentagem de pessoas entre os 15 e os 49 anos infectadas com o VIH.

Referências estatísticas

- Banco Mundial.** 2003. *World Development Indicators 2003*. CD-ROM. Washington, D.C.
- . 2005. *World Development Indicators 2005*. CD-ROM. Washington, D.C.
- . 2006. *World Development Indicators 2006*. CD-ROM. Washington, D.C.
- Centro de Monitorização das Deslocações Internas.** 2006. «Global Statistics.» Genebra. [www.internal-displacement.org]. Consultado em Maio de 2006.
- Charmes, Jacques.** 2006. Correspondence on time use. Junho. Paris.
- Fuentes, Ricardo, Tobias Pfützte, e Papa Seck.** 2006. «Does Access to Water and Sanitation Affect Child Survival? A Five Country Analysis.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- . 2006b. «A Logistic Analysis of Diarrhea Incidence and Access to Water and Sanitation.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Goldshmidt-Clermont, Luisella, e Elisabetta Pagnossin Algisakis.** 1995. «Measures of Unrecorded Economic Activities in Fourteen Countries.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Grimm, M., K. Hartgen, S. Klasen e M. Misselhorn.** 2006. «A Human Development Index by Income Groups.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Gwatkin, Davidson, Shea Rutstein, Kiersten Johnson, Eldaw Abdalla Suliman, Adam Wagstaff, e Agbessi Amouzou.** 2005. Socioeconomic Differences in Health, Nutrition, and Population. Second edition. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Harvey, Andrew S.** 1995. «Market and Non-Market Productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use.» Documento de apoio para o Relatório do Desenvolvimento Humano 1995. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- . 2001. «National Time Use Data on Market and Non-Market Work by Both Women and Men.» Documento de apoio para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2001. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Heston, Alan, Robert Summers, e Bettina Aten.** 2001. Correspondence on data from the Penn World Table 6.0. Março. Filadélfia, Pensilvânia.
- . 2002. «Penn World Tables Version 6.1.» University of Pennsylvania, Center for International Comparisons, Filadélfia. [http://pwt.econ.upenn.edu/]. Consultado em Março de 2005.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).** 2005. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Brasília. [http://www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/sintese/pnad2004.pdf]. Consultado em Agosto de 2006.
- IEE (Instituto Internacional de Estudos Estratégicos).** 2006. *The Military Balance 2005–2006*. Londres: Routledge, Taylor and Francis Group.
- Kennedy, John F.** 1962. Observações em Pueblo, Colorado, 17 de Agosto. *The Public Papers of the President of the United States*. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.
- LIS (Luxembourg Income Study).** 2006. «Relative Poverty Rates for the Total Population, Children and the Elderly.» Luxemburgo. [www.lisproject.org/keyfigures/povertytable.htm]. Consultado em Maio de 2006.
- Milanovic, Branko.** 2002. Correspondence on income, inequality and poverty during the transition from planned to market economy. Março. Banco Mundial, Washington, D.C.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) 2006a.** Correspondence on employment rates. Maio. Paris.
- . 2006b. Correspondence on long-term unemployment rates. Maio. Paris.
- . 2006c. Correspondence on unemployment rates. Maio. Paris.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) e Statistics Canada.** 2000. *Literacy in the Information Age: Final Report on the IALS*. Paris.
- . 2005. *Learning a Living by Earning Skills: First Results of the Adult Literacy and Life Skills Survey*. Paris.
- OCDE-CAD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento).** 2006a. Correspondence on official development assistance disbursed. Maio. Paris.
- . 2006b. DAC Journal: Development Cooperation 2006 Report. Paris.
- . 2006c. *DAC Online*. Database. Paris.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho).** 2005a. *Estimates and Projections of the Economically Active Population, 1980–2020*. Fifth edition, revision 2. Database. Genebra.
- . 2005b. *Key Indicators of the Labour Market*. Fourth edition. CD-ROM. Genebra. [www.ilo.org/kilm/]. Consultado em Abril de 2006.
- . 2006a. *Database on International Labour Standards (ILOLEX)*. Genebra. [www.ilo.org/ilolex/english/docs/declworld.htm]. Consultado em Agosto de 2006.
- . 2006b. *LABORSTA Database*. Genebra. [http://laborsta.ilo.org]. Consultado em Abril de 2006.
- OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual).** 2006. «Patents Granted by Office (1985 to 2004).» Genebra. [http://wipo.int/ipstats/en/statistics/patents/source/granted_national_table.csv]. Consultado em Maio de 2006.
- OMS (Organização Mundial de Saúde).** 2006a. «Core Health Indicators.» Genebra. [www3.who.int/whosis/core/core_select.cfm]. June 2006.
- . 2006b. Correspondence on health expenditure. Maio. Genebra.
- . 2006c. *World Health Statistics 2006*. Genebra.

- . **2006d.** *Global Tuberculosis Control: WHO Report 2006.* Genebra. [www.who.int/tb/publications/global_report/en/index.html]. Consultado em Julho de 2006.
- ONU (Nações Unidas).** **2002.** Correspondence on time use surveys. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas. Fevereiro. Nova Iorque.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute).** **2006a.** *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security.* Oxford, U.K.: Oxford University Press.
- Smeeding, Timothy M.** **1997.** "Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study." Background paper for *Human Development Report 1997.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
- . **2005a.** Correspondence on life expectancy at birth. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Março. Nova Iorque.
- . **2005b.** *World Population Prospects 1950–2050: The 2004 Revision.* Database. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.
- . **2006a.** Correspondence on traditional fuel use. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas. Março. Nova Iorque.
- . **2006b.** Correspondence on urban population. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.
- . **2006c.** Millennium Indicators Database. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas, Nova Iorque. [http://mdgs.un.org]. Consultado em Junho de 2006.
- . **2006d.** «Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General.» Nova Iorque. [http://untreaty.un.org]. Consultado em Maio de 2006.
- . **2006e.** *World Urbanization Prospects: The 2005 Revision.* Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.
- . **2006f.** Correspondence on energy consumption. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas. Março. Nova Iorque.
- ONUSIDA (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA).** **2006.** Correspondence on HIV prevalence. Maio. Genebra.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).** **2005a.** *Bosnia and Herzegovina Human Development Report 2005.* Sarajevo.
- . **2005b.** *Ethnic and Cultural Diversity: Citizenship in a Plural State.* National Human Development Report for Guatemala. Cidade da Guatemala.
- . **2005c.** *Linking Industrialization with Human Development.* National Human Development Report for Kenya. Nairobi.
- . **2005d.** *Towards Human Development with Equity.* National Human Development Report for China. Pequim.
- Ruoen, Ren, e Chen Kai.** **1995.** «China's GDP in U.S. Dollars Based on Purchasing Power Parity.» Policy Research Working Paper 1415. Banco Mundial, Washington, D.C.
- SIPRI (Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo).** **2006a.** *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security.* Oxford: Oxford University Press.
- . **2006b.** *Correspondence on arms transfers.* Março. Estocolmo.
- . **2006c.** *Correspondence on military expenditure data.* Maio. Estocolmo.
- Sen, Amartya.** **1999.** *Development as Freedom.* Nova Iorque: Oxford University Press.
- Smeeding, Timothy M.** **1997.** «Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997.* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Smeeding, Timothy M., Lee Rainwater, e Gary Burtless.** **2000.** «United States Poverty in a Cross-National Context.» In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty.* New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Statec.** **2006.** Correspondence on gross enrolment ratio for Luxembourg. Maio. Luxemburgo.
- UIP (União Interparlamentar).** **2005.** Correspondence on women in government at the ministerial level. Março. Genebra.
- . **2006a.** Correspondence on women in national parliaments. Maio. Genebra.
- . **2006b.** Correspondence on year women received the right to vote and to stand for election and year first woman was elected or appointed to parliament. Julho. Genebra.
- . **2006c.** *Parline Database.* Geneva. [www.ipu.org]. Consultado em Maio de 2006.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).** **1997.** «International Standard Classification of Education 1997.» Paris. [www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/iscsed/ISCED_A.pdf]. Consultado em Maio de 2006.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), Instituto de Estatísticas.** **1999.** *Statistical Yearbook.* Montreal.
- . **2003.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Março. Montreal.
- . **2005.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Março. Montreal.
- . **2006a.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Abril. Montreal.
- . **2006b.** Correspondence on education expenditure data. Maio. Montreal.
- . **2006c.** Correspondence on gross and net enrolment ratios and children reaching grade 5. Maio. Montreal.
- . **2006d.** Correspondence on students in science, engineering, manufacturing and construction. Maio. Montreal.
- UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).** **2006.** Correspondence on refugees by country of asylum and country of origin. Maio. Genebra.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).** **2004.** *State of the World's Children 2005.* Nova Iorque.
- . **2005.** *State of the World's Children 2006.* Nova Iorque.
- UNODC (Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade).** **2004.** Correspondence on data on crime victims. Março. Viena.
- UN-OHRLS (Gabinete das Nações Unidas do Alto Representante para os Países Menos Avançados, os Países em Desenvolvimento sem Litoral e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento).** **2006.** «List of Least Developed Countries.» [www.un.org/special-rep/ohrls/ldc/list.html]. Consultado em Junho de 2006.

Classificação dos países

Países nos agregados do desenvolvimento humano

Desenvolvimento humano elevado (IDH 0,800 e superior)		Desenvolvimento humano médio (IDH 0,500-0,799)		Desenvolvimento humano baixo (IDH abaixo de 0,500)	
Alemanha	Panamá	África do Sul	Mianmar	Angola	
Antígua e Barbuda	Polónia	Albânia	Moldávia, República da	Benim	
Argentina	Portugal	Arábia Saudita	Mongólia	Burquina Faso	
Austrália	Reino Unido	Argélia	Namíbia	Burundi	
Áustria	República Checa	Arménia	Nepal	Chade	
Baamas	Roménia	Azerbaijão	Nicarágua	Congo, Rep. Dem.	
Barbados	São Cristóvão e Nevis	Bangladeche	Papúasia-Nova Guiné	Costa do Marfim	
Barém	Seicheles	Belize	Paquistão	Djibuti	
Bélgica	Singapura	Bielorrússia	Paraguai	Eritreia	
Bósnia e Herzegovina	Suécia	Bolívia	Peru	Etiópia	
Bulgária	Suíça	Botsuana	Quirguizistão	Gâmbia	
Canadá	Tonga	Brasil	República Árabe Síria	Guiné	
Catar	Trindade e Tobago	Butão	República Dominicana	Guiné-Bissau	
Chile	Uruguai	Cabo Verde	Samoa (Occidental)	Haiti	
Chipre	(63 países ou áreas)	Camarões	Santa Lúcia	Iémen	
Coreia, República da		Camboja	São Tomé e Príncipe	Lesoto	
Costa Rica		Cazaquistão	São Vicente e Granadinas	Malawi	
Croácia		China	Sri Lanca	Mali	
Cuba		Colômbia	Suazilândia	Mauritânia	
Dinamarca		Comores	Sudão	Moçambique	
Emirados Árabes Unidos		Congo	Suriname	Níger	
Eslováquia		Dominica	Tailândia	Nigéria	
Eslóvenia		Egipto	Tajiquistão	Quênia	
Espanha		El Salvador	Territórios Ocupados da	República Centro-Africana	
Estado do Brunei		Equador	Palestina	Ruanda	
Darussalam		Federação da Rússia	Timor-Leste	Senegal	
Estados Unidos		Fiji	Tunísia	Serra Leoa	
Estónia		Filipinas	Turquemenistão	Tanzânia, Rep. U. da	
Finlândia		Gabão	Turquia	Togo	
França		Gana	Ucrânia	Zâmbia	
Grécia		Geórgia	Uganda	Zimbabué	
Hong Kong, China (RAE)		Granada	Usbequistão	(31 países ou áreas)	
Hungria		Guatemala	Vanuatu		
Irlanda		Guiana	Venezuela, Rep. Bolivariana		
Isiândia		Guiné Equatorial	Vietname		
Israel		Honduras	(83 países ou áreas)		
Itália		Ilhas Salomão			
Japão		Índia			
Koweit		Indonésia			
Letónia		Irão, Rep. Islâmica do			
Lituânia		Jamahira Árabe Líbia			
Luxemburgo		Jamaica			
Malásia		Jordânia			
Malta		Laos, Rep. Dem. Popular do			
Maurícia		Líbano			
México		Macedónia, antiga República			
Noruega		jugoslava da			
Nova Zelândia		Madagáscar			
Omã		Maldivas			
Países Baixos		Marrocos			

Nota: Os seguintes países membros das Nações Unidas não estão incluídos nos grupos de desenvolvimento humano porque não é possível calcular o IDH: Afeganistão, Andorra, Estados Federados da Micronésia, Ilhas Marshall, Iraque, Libéria, Listenstaine, Mónaco, Montenegro, Nauru, Palau, Quiribati, República Democrática da Coreia, São Marino, Sérvia, Somália e Tuvalu.

Países nos grupos de rendimento

Rendimento elevado (RNB per capita de 10,066 dólares ou mais em 2004)

Alemanha
Andorra
Arábia Saudita
Austrália
Áustria
Baamas
Barém
Bélgica
Canadá
Catar
Chipre
Coreia, República da
Dinamarca
Emirados Árabes Unidos
Eslovénia
Espanha
Estado do Brunei
Darussalam
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Hong Kong, China (RAE)
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Koweit
Listenstaine
Luxemburgo
Malta
Mónaco
Noruega
Nova Zelândia
Países Baixos
Portugal
Reino Unido
São Marino
Singapura
Suécia
Suíça
(41 países ou áreas)

Rendimento médio (RNB per capita de 826-10,065 dólares em 2004)

África do Sul
Albânia
Angola
Antígua e Barbuda
Argélia
Argentina
Arménia
Azerbaijão
Barbados
Belize
Bielorrússia
Bolívia
Bósnia e Herzegovina
Botsuana
Brasil
Bulgária
Cabo Verde
Cazaquistão
Chile
China
Colômbia
Costa Rica
Croácia
Cuba
Djibuti
Dominica
Egipto
El Salvador
Equador
Eslováquia
Estónia
Federação da Rússia
Fiji
Filipinas
Gabão
Geórgia
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné Equatorial
Honduras
Hungria
Ilhas Marshall
Indonésia
Irão, Rep. Islâmica do
Iraque
Jamahira Árabe Líbia
Jamaica
Jordânia
Letónia

Libano
Lituânia
Macedónia, antiga República jugoslava da
Malásia
Maldivas
Marianas do Norte
Marrocos
Maurícia
México
Micronésia, Est. Fed.
Montenegro^a
Namíbia
Omã
Palau
Panamá
Paraguai
Peru
Chile
Polónia
Quiribati
República Árabe Síria
República Checa
República Dominicana
Roménia
Samoa (Occidental)
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Vicente e Granadinas
Seicheles
Sérvia^a
Sri Lanca
Suazilândia
Suriname
Tailândia
Territórios Ocupados da Palestina
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquemenistão
Turquia
Ucrânia
Uruguai
Vanuatu
Venezuela, Rep. Bolivariana
(93 países ou áreas)

Rendimento baixo (RNB per capita de 825 dólares ou menos em 2004)

Afeganistão
Bangladeche
Benim
Burquina Faso
Burundi
Butão
Camarões
Camboja
Chade
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Coreia, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Gana
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Ilhas Salomão
Índia
Laos, Rep. Dem. Popular do
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Mianmar
Moçambique
Moldávia, República da
Mongólia
Nepal
Nicarágua
Niger
Nigéria
Papua Nova Guiné
Paquistão
Quênia
Quirguizistão
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão

Tajiquistão
Tanzânia, Rep. U. da
Timor-Leste
Togo
Uganda
Usbequistão
Vietname
Zâmbia
Zimbabué
(59 países ou áreas)

Nota: Os grupos de rendimento utilizam a classificação do Banco Mundial (com efeito desde 1 de Julho de 2005) baseada no rendimento nacional bruto (RNB) per capita. Estes incluem os seguintes países ou áreas que não são países membros das Nações Unidas e não estão, por isso, incluídos nos quadros do IDH: rendimento elevado, Antilhas Neerlandesas, Aruba, Bermudas, Gronelândia, Guam, Ilha de Man, Ilhas Caimão, Ilhas Faroé, Ilhas Virgens Americanas, Macau, China (RAE), Nova Caledónia, Polinésia Francesa e Porto Rico; rendimento médio, Samoa Americana. Estes países ou áreas estão incluídos nos grupos por nível de rendimento. Os países membros das Nações Unidas, Nauru e Tuvalu, não estão incluídos devido à falta de dados.

^a A classificação de rendimento e os grupos baseado na mesma referem-se à Sérvia e Montenegro antes da sua separação em dois estados independentes em Junho de 2006.

Países nos principais grupos mundiais

Países em desenvolvimento		Europa Central e Oriental e a Comunidade de Estados Independentes (CEI)	
Afeganistão	Gana	Peru	Cabo Verde
África do Sul	Granada	Quênia	Camboja
Angola	Guatemala	Quiribati	Chade
Antígua e Barbuda	Guiana	República Árabe Síria	Comores
Árabiá Saudita	Guiné	República Centro-Africana	Congo, Rep. Dem.
Argélia	Guiné Equatorial	República Dominicana	Djibuti
Argentina	Guiné-Bissau	Ruanda	Eritreia
Baamas	Haiti	Samoa (Ocidental)	Etiópia
Bangladeche	Honduras	Santa Lúcia	Gâmbia
Barbados	Hong Kong, China (RAE)	São Cristóvão e Nevis	Guiné
Barém	Iémen	São Tomé e Príncipe	Guiné Equatorial
Belize	Ilhas Marshall	São Vicente e Granadinas	Guiné-Bissau
Benim	Ilhas Salomão	Seicheles	Haiti
Bolívia	Índia	Senegal	Iémen
Botsuana	Indonésia	Serra Leoa	Ilhas Salomão
Brasil	Irão, Rep. Islâmica do	Singapura	Laos, Rep. Dem. Popular do
Burquina Faso	Iraque	Somália	Lesoto
Burundi	Jamahira Árabe Líbia	Sri Lanca	Libéria
Butão	Jamaica	Suazilândia	Madagáscar
Cabo Verde	Jordânia	Sudão	Malawi
Camarões	Koweit	Suriname	Maldivas
Camboja	Laos, Rep. Dem. Popular do	Tailândia	Mali
Catar	Lesoto	Tanzânia, Rep. U. da	Mauritânia
Chade	Líbano	Territórios Ocupados da	Mianmar
Chile	Libéria	Palestina	Moçambique
China	Madagáscar	Timor-Leste	Nepal
Chipre	Malásia	Togo	Níger
Colômbia	Malawi	Tonga	Quiribati
Comores	Maldivas	Trindade e Tobago	República Centro-Africana
Congo	Mali	Tunísia	Ruanda
Congo, Rep. Dem.	Marrocos	Turquia	Samoa (Ocidental)
Coreia, Rep. da	Maurícia	Tuvalu	São Tomé e Príncipe
Coreia, Rep. Dem.	Mauritânia	Uganda	Senegal
Costa do Marfim	México	Uruguai	Serra Leoa
Costa Rica	Mianmar	Vanuatu	Somália
Cuba	Micronésia, Est. Fed.	Venezuela, Rep. Bolivariana	Sudão
Djibuti	Moçambique	Vietname	Tanzânia, Rep. U. da
Dominica	Mongólia	Zâmbia	Timor-Leste
Egipto	Namíbia	Zimbabué	Togo
El Salvador	Nauru	(137 países ou áreas)	Tuvalu
Emirados Árabes Unidos	Nepal	Países menos desenvolvidos^a	Uganda
Equador	Nicarágua	Afeganistão	Vanuatu
Eritreia	Níger	Angola	Zâmbia
Estado do Brunei	Nigéria	Bangladeche	(50 países ou áreas)
Darussalam	Omã	Benim	
Etiópia	Palau	Burquina Faso	
Fiji	Panamá	Burundi	
Filipinas	Papuásia-Nova Guiné	Butão	
Gabão	Paquistão		
Gâmbia	Paraguai		

^a Classificação das Nações Unidas baseada em UN-OHRLS 2006.

^b Os grupos regionais baseiam-se em dados para a Sérvia e Montenegro antes da sua separação em dois estados independentes em Junho de 2006.

Países em desenvolvimento nos grupos regionais

Países Árabes

Arábia Saudita
 Argélia
 Barém
 Catar
 Djibuti
 Egípto
 Emirados Árabes Unidos
 Iémen
 Iraque
 Jamahira Árabe Líbia
 Jordânia
 Koweit
 Líbano
 Marrocos
 Omã
 República Árabe Síria
 Somália
 Sudão
 Territórios Ocupados da
 Palestina
 Tunísia
 (20 países ou áreas)

Ásia Oriental e Pacífico

Camboja
 China
 Coreia, Rep. da
 Coreia, Rep. Dem.
 Estado do Brunei
 Darussalam
 Fiji
 Filipinas
 Hong Kong, China (RAE)
 Ilhas Marshall
 Ilhas Salomão
 Indonésia
 Laos, Rep. Dem. Popular do
 Malásia
 Mianmar
 Micronésia, Est. Fed.
 Mongólia
 Nauru
 Palau
 Papuásia-Nova Guiné
 Quiribati
 Samoa (Occidental)
 Singapura
 Tailândia
 Timor-Leste
 Tonga
 Tuvalu
 Vanuatu
 Vietname
 (28 países ou áreas)

Ásia do Sul

Afeganistão
 Bangladeche
 Butão
 Índia
 Irão, Rep. Islâmica do
 Maldivas
 Nepal
 Paquistão
 Sri Lanca
 (9 países ou áreas)

América Latina e Caraíbas

Antígua e Barbuda
 Argentina
 Baamas
 Barbados
 Belize
 Bolívia
 Brasil
 Chile
 Colômbia
 Costa Rica
 Cuba
 Dominica
 El Salvador
 Equador
 Granada
 Guatemala
 Guiana
 Haiti
 Honduras
 Jamaica
 México
 Nicarágua
 Panamá
 Paraguai
 Peru
 República Dominicana
 Santa Lúcia
 São Cristóvão e Nevis
 São Vicente e Granadinas
 Suriname
 Trindade e Tobago
 Uruguai
 Venezuela, Rep. Bolivariana
 (33 países ou áreas)

Europa do Sul

Chipre
 Turquia
 (2 países ou áreas)

África Subsariana

África do Sul
 Angola
 Benim
 Botsuana
 Burquina Faso
 Burundi
 Cabo Verde
 Camarões
 Chade
 Comores
 Congo
 Congo, Rep. Dem.
 Costa do Marfim
 Eritreia
 Etiópia
 Gabão
 Gâmbia
 Gana
 Guiné
 Guiné Equatorial
 Guiné-Bissau
 Lesoto
 Libéria
 Madagascar
 Malawi
 Mali
 Maurícia
 Mauritânia
 Moçambique
 Namíbia
 Nigéria
 Nigéria
 Quênia
 República Centro-Africana
 Ruanda
 São Tomé e Príncipe
 Seicheles
 Senegal
 Serra Leoa
 Suazilândia
 Tanzânia, Rep. U. da
 Togo
 Uganda
 Zâmbia
 Zimbabué
 (45 países ou áreas)

Índice dos indicadores

Quadro de indicadores

Indicador

A

1, 1a, 12	Alfabetização de adultos, taxa de
24, 26	feminina
26	feminina em % da masculina
24	masculina
12	Alfabetização de jovens, taxa de
26	feminina
26	feminina em % da masculina
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsada
17	em % do RNB
17	per capita do país doador
17	para serviços sociais básicos
17	para os países menos desenvolvidos
17	total
17	bilateral não ligada
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos)
18	em % do PIB
18	per capita
18	total
7	Altura para a idade, crianças com pouca
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
4	Analfabetas, pessoas que são funcionalmente
3	Analfabetismo de adultos, taxa de
29	Ano da eleição ou nomeação da primeira mulher para o parlamento
29	Ano em que as mulheres receberam o direito de se candidatarem às eleições
	Armas convencionais, transferências de
	exportações
22	parcela
22	total
22	importações, total
25	Assentos parlamentares ocupados por mulheres
29	câmara baixa ou única
29	câmara alta ou senado

Quadro de indicadores

Indicador

C

12	Ciências, engenharia, indústria e construção, estudantes do ensino superior de
12	Crianças que atingem o 5º ano
21	Combustível tradicional, consumo del
16	Comércio, condições de
6	Contraceptivos, taxa de prevalência de
	Criminalidade, pessoas vítimas de
23	agressão
23	suborno (corrupção)
23	crimes de propriedade
23	roubo
23	agressão sexual
23	total

D

4	Desemprego de longa duração
20	homens
20	mulheres
	Desemprego, taxa de
21	média anual
20	feminina em % da taxa masculina
20	total
	jovem
20	feminina em % da taxa masculina
20	total
	Direitos fundamentais do trabalho, estatuto das convenções sobre
31	Abolição do trabalho infantil
31	Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação
31	Eliminação de trabalho forçado e obrigatório
31	Liberdade de associação e negociação colectiva
	Dívida total, serviço da
18	em % das exportações de bens, serviços e rendimentos líquidos do exterior
18, 19	em % do PIB

Quadro de indicadores

Indicador

E	
	Educação, despesa pública de
11, 19	em % do PIB
11	em % da despesa pública total
11	pré-escolar e primária
11	secundária
11	superior
1	Educação, índice da
21	Electricidade, consumo per capita de
	Emissões de dióxido de carbono
21	per capita
21	parcela do total mundial
	Emprego por actividade económica
	agricultura
27	homens
27	mulheres
	indústria
27	homens
27	mulheres
	serviços
27	homens
27	mulheres
21	Energia utilizada, PIB por unidade de
	Escolarização bruta, taxa de
1, 1a	combinada das escolas primárias, secundárias e superiores
24	feminina
24	masculina
	superior
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
	Escolarização, taxa líquida de
1a, 12	primária
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
12	secundária
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
1, 1a, 10	Esperança de vida à nascença
24	feminina
24	masculina
1	Esperança de vida, índice da
	Exportações
16	de alta tecnologia
16	de bens e serviços
16	de bens manufacturados
16	de bens primários

Quadro de indicadores

Indicador

F	
18	Fluxos privados, outros
	Fonte de água melhorada
1a, 7	população com acesso sustentável a uma
3	população sem acesso sustentável a uma
	Forças armadas
22	índice
22	total
I	
16	Importações de bens e serviços
	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)
24	ordem IDH menos a ordem do GDI
24	valor e ordem
	Índice de desenvolvimento humano (IDH)
1	ordem do PIB per capita menos ordem IDH
2	tendências, desde 1975
1	valor e ordem
	Índice de pobreza humana (IPH-1)
3	ordem menos ordem pobreza de rendimento
3	valor e ordem
	Índice de pobreza humana (IPH-2)
4	ordem menos ordem pobreza de rendimento
4	valor e ordem
14	Índice de preços no consumidor, variação média anual do
	Instrumentos internacionais de direitos humanos, estatuto dos principais
30	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes
30	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
30	Convenção sobre os Direitos da Criança
30	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
30	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio
30	Convénio Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos
30	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
	Investigação e desenvolvimento (I&D)
13	despesas
13	investigadores
18	Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos de
L	
25	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras
13	Linhas telefónicas principais

Quadro de indicadores

Indicador

M	
	Malária, casos de
9	prevenção da (crianças menores de cinco anos com mosquiteiros tratados com insecticida)
9	tratamento da (crianças menores de cinco anos com febre tratadas com medicamentos antimaláricos)
6	Médicos
	Medida de participação segundo o género (MPG)
25	valor e ordem
19	Militar, despesa
10	Mortalidade infantil, taxa de
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
	Mortalidade materna, taxa de
10	ajustada
10	declarada
29	Mulheres no governo a nível ministerial
	Mulheres, participação económica e política das
25	legisladoras, funcionárias superiores e gestoras
25	trabalhadoras especializadas e técnicas
25	assentos parlamentares ocupados por mulheres
29	câmara baixa ou única
29	câmara alta ou senado
29	mulheres no governo a nível ministerial
29	ano da eleição ou nomeação da primeira mulher para o parlamento
29	ano em que as mulheres receberam o direito de se candidatarem às eleições
29	ano em que as mulheres receberam o direito de voto
P	
6	Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
13	Patentes concedidas a residentes
7	Peso à nascença, crianças com baixo
3, 7	Peso para a idade, crianças com baixo
20	Pessoas desempregadas
22	Pessoas deslocadas internamente
1a, 7	Pessoas subalimentadas
1	PIB, índice do
	PIB per capita
14	taxa de crescimento anual
14	em USD
1, 1a, 14	PPC em USD
14	valor mais elevado no período 1975-2004
14	ano do valor mais elevado

Quadro de indicadores

Indicador

	PIB total
14	PPC em mil milhões de USD
14	em mil milhões de USD
	População
5	com 65 anos ou mais
5	taxa de crescimento anual
1a, 5	total
5	com menos de 15 anos
5	urbana
	Pobreza de rendimentos
3	população que vive com menos de 1 USD por dia
3	população que vive com menos de 2 USD por dia
4	população que vive com menos de 4 USD por dia
4	população que vive com menos de 11 USD por dia
4	população que vive com menos de 50% do rendimento médio
3	população que vive abaixo do limiar de pobreza nacional
R	
	Refugiados
22	por país de asilo
22	por país de origem
6	Reidratação oral e alimentação continuada, crianças com diarreia que recebem
	Rendimento auferido, estimativa de
24	feminino
24	masculino
25	rácio feminino/masculino
	Rendimento, medidas de desigualdade de
15	Índice de Gini
15	rácio do rendimento, 10% mais ricos/10% mais pobres
15	rácio do rendimento, 20% mais ricos/20% mais pobres
	Rendimento ou consumo, parcelas de
15	10% mais pobres
15	20% mais pobres
15	10% mais ricos
15	20% mais ricos
13	<i>Royalties</i> e direitos de licença, receitas de
S	
7	Saneamento melhorado, população com acesso a sustentável a
	Saúde, despesa com a
6	per capita
6	privada
6, 19	pública
	Sobrevivência
3	probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos
4	probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos

Quadro de indicadores

Indicador

	probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos
10	feminina
10	masculina

T

	Tabagismo entre adultos, prevalência de
9	homens
9	mulheres
27	Taxa de actividade económica feminina
27	em % da taxa masculina
27	índice
1a, 5	Taxa de fertilidade total
1a, 10	Taxa de mortalidade de menores de cinco anos
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
13	Telemóveis, assinantes de
	Tempo de trabalho
	homens
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
28	total
	total
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
	mulheres
28	em % das masculinas
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
28	total
	Trabalhador familiar, contribuição do

Quadro de indicadores

Indicador

27	homens
27	mulheres
25	Trabalhadoras especializadas e técnicas
	Tratados ambientais, ratificação de
21	Protocolo de Cartagena sobre a Segurança Biológica
21	Convenção sobre a Diversidade Biológica
21	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas
21	Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas
	Tuberculose, casos de
9	curados com base em DOTS
9	detectados com base em DOTS
9	total

U

	Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco, taxa de
9	homens
9	mulheres
13	Utilizadores da Internet

V

	Vacinadas, crianças de um ano
6	contra o sarampo
6	contra a tuberculose
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
1a, 9	VIH, prevalência do
29	Voto, ano em que as mulheres receberam o direito de

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores

Objectivos e metas da Declaração do Milénio	Indicadores de medição da evolução	Quadro de indicadores
Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome		
Meta 1 Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população com rendimento inferior a 1 dólar por dia	1. Percentagem da população com menos de 1 dólar (PPC) por dia 2. Rácio do hiato da pobreza (incidência x dimensão da pobreza) 3. Parcela do quintil mais pobre em termos de consumo nacional	3 15
Meta 2 Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população atingida pela fome	4. Prevalência de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente 5. Percentagem da população abaixo do limiar mínimo de consumo de energia dietética	3, 7 1a ^a , 7 ^a
Objectivo 2 Atingir o ensino primário universal		
Meta 3 Assegurar que, até 2015, as crianças de todo o mundo, rapazes e raparigas, poderão concluir um ciclo completo de ensino primário	6. Taxa de escolarização líquida no ensino primário 7. Percentagem de alunos do 1º ano que atingirão o 5º ano 8. Taxa de alfabetização entre os 15 e os 24 anos	1a, 12 12 12
Objectivo 3 Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres		
Meta 4 Eliminar as disparidades de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015	9. Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário, secundário e superior 10. Rácio entre mulheres e homens alfabetizados, entre os 15 e os 24 anos 11. Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola ^b 12. Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais	26 ^c 26 ^d 29
Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil		
Meta 5 Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos	13. Taxa de mortalidade de menores de cinco anos 14. Taxa de mortalidade infantil 15. Percentagem de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo	1a, 10 10 6
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna		
Meta 6 Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna	16. Taxa de mortalidade materna 17. Percentagem de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados	10 6
Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças		
Meta 7 Interromper a propagação do VIH/SIDA até 2015, e começar a inverter o grau de incidência da doença	18. Prevalência do VIH em mulheres grávidas entre os 15 e os 24 anos ^e 19. Taxa de utilização de preservativos sobre a taxa de prevalência de contraceptivos 19a. Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco 19b. Percentagem de indivíduos entre os 15 e os 24 anos com informação correcta e exaustiva sobre o VIH/SIDA 19c. Taxa de prevalência de contraceptivos 20. Rácio entre a frequência escolar de orfãos e de não orfãos, entre os 10 e os 14 anos	9 6
Meta 8 Interromper a propagação de malária e de outras doenças graves até 2015, e começar a inverter a sua taxa de incidência	21. Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à malária 22. Percentagem da população em áreas de risco de malária que usa medidas eficazes de prevenção e tratamento desta doença 23. Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à tuberculose 24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados através de tratamento directo de curto prazo (DOTS)	9 ^f 9 ^g 9
Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental		
Meta 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais	25. Percentagem de área terrestre coberta por florestas 26. Rácio da área protegida destinada à conservação da diversidade biológica à superfície 27. Consumo de energia (kg de equivalente ao petróleo) por 1 dólar do PIB (PPC) 28. Emissões de dióxido de carbono per capita e consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. PDO) 29. Percentagem da população que utiliza combustíveis sólidos	21 ^h 21 ⁱ
Meta 10 Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população privada de acesso sustentável a água potável e saneamento	30. Percentagem da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, urbana e rural 31. Percentagem da população com acesso a saneamento melhorado, urbano e rural	1a ^j , 7 ^j 7 ^k

(continua na pág. seguinte)

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores

(continuação)

Objectivos e metas da Declaração do Milénio	Indicadores de medição da evolução	Quadro de indicadores
Meta 11 Attingir, até 2020, uma melhoria significativa na qualidade de vida de, pelo menos, 100 milhões de habitantes de bairros degradados	32. Percentagem de famílias com garantia de acesso a uma habitação segura	
Objectivo 8 Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento		
Meta 12 Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, regulamentado, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso para a boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza — tanto a nível nacional como internacional	<i>Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)</i> 33. APD líquida, total e para os países menos desenvolvidos, com base numa percentagem do rendimento nacional bruto (RNB) dos doadores da OCDE/CAD 34. Percentagem da APD bilateral total atribuível sectorialmente pelos doadores da OCDE/CAD, destinada a serviços sociais básicos (ensino básico, cuidados de saúde primários, alimentação, água potável e saneamento)	17 ^l 17
Meta 13 Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Inclui: acesso livre de tarifas e de quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; reforço do programa de alívio da dívida dos PPAE e cancelamento da dívida bilateral pública; e uma APD mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza	35. Percentagem da APD bilateral não ligada concedida pelos doadores da OCDE/CAD 36. APD recebida nos países interiores proporcional aos respectivos rendimentos nacionais brutos 37. APD recebida nos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento, proporcionalmente aos respectivos rendimentos nacionais brutos.	17
Meta 14 Atender às necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	<i>Acesso ao mercado</i> 38. Percentagem do total de importações de países desenvolvidos (em quantitativo e excluindo armamento) provenientes de países em vias de desenvolvimento e países menos desenvolvidos, admitidos livres de direitos 39. Tarifas médias aplicadas pelos países desenvolvidos aos produtos agrícolas, têxteis e vestuário provenientes dos países em vias de desenvolvimento	
Meta 15 Lidar com os problemas da dívida dos países em vias de desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a dívida sustentável a longo prazo	40. Apoio agrícola estimado nos países da OCDE em proporção dos seus produtos nacionais brutos 41. Percentagem da APD fornecida para ajuda à capacitação comercial <i>Sustentabilidade da dívida</i> 42. Número total de países que atingiram os seus pontos de decisão PPAE e número dos que alcançaram os seus pontos de conclusão PPAE (cumulativo) 43. Alívio da dívida comprometido no quadro da Iniciativa da Dívida PPAE 44. Serviço da dívida percentual sobre as exportações de bens e serviços	18
Meta 16 Desenvolver e implementar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo, em cooperação com os países em vias de desenvolvimento	45. Taxa de desemprego de jovens entre os 15 e os 24 anos, por género e total	20 ^m
Meta 17 Garantir o acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em vias de desenvolvimento, em cooperação com empresas farmacêuticas	46. Percentagem da população com acesso sustentável a medicamentos essenciais, a preços comportáveis	
Meta 18 Promover o acesso aos benefícios das novas tecnologias, em particular as de informação e comunicação, em cooperação com o sector privado	47. Linhas telefónicas e assinantes de telemóveis por 100 pessoas 48a. Computadores pessoais em uso por 100 pessoas 48b. Utilizadores de Internet por 100 pessoas	13 ⁿ 13

- a** Os quadros 1a e 7 apresentam este indicador associado a pessoas subalimentadas, em termos de percentagem da população total.
- b** O quadro 27 inclui dados do emprego feminino por actividade económica.
- c** O quadro apresenta a taxa de escolarização feminina (líquida ou bruta), em termos de percentagem da taxa masculina dos níveis de ensino primário, secundário e superior, considerados separadamente.
- d** O quadro apresenta os dados da taxa de alfabetização feminina jovem, em termos de percentagem da taxa masculina.
- e** Os quadros 1a e 9 apresentam a prevalência de VIH entre pessoas dos 15 aos 49 anos.
- f** O quadro inclui dados sobre crianças menores de cinco anos com mosquiteiros tratados com insecticida e sobre crianças menores de cinco anos com febre tratada com medicamentos antimaláricos.
- g** O quadro inclui dados de casos de tuberculose por 100 000 pessoas.
- h** O quadro apresenta este indicador como PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC de 2000 por kg de equivalente em petróleo).
- i** O quadro inclui dados sobre emissões de dióxido de carbono per capita.
- j** Os quadros 1a e 7 incluem dados combinados sobre as populações urbana e rural com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada.
- k** O quadro inclui dados combinados sobre as populações urbana e rural com acesso sustentável a saneamento melhorado.
- l** O quadro inclui dados sobre a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em países menos desenvolvidos, em termos de percentagem da APD total.
- m** O quadro inclui dados sobre a taxa total de desemprego dos 15 aos 24 anos e sobre a taxa feminina em termos de percentagem da taxa masculina, apenas para os países da OCDE.
- n** O quadro apresenta as linhas telefónicas e os assinantes de telemóveis, considerados separadamente.

